



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A ATUAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE APOIO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: PERCEPÇÕES SOBRE PRÁTICAS, DESAFIOS E ARTICULAÇÃO
ENTRE PROFISSIONAIS DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO-CE**

PATRICIA MARIA PEREIRA DA COSTA

REDENÇÃO - CE

2025

PATRICIA MARIA PEREIRA DA COSTA

**A ATUAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE APOIO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: PERCEPÇÕES SOBRE PRÁTICAS, DESAFIOS E ARTICULAÇÃO
ENTRE PROFISSIONAIS DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO-CE**

Monografia apresentada ao curso de licenciatura plena em Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro

REDENÇÃO - CE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Costa, Patricia Maria Pereira da.

C875a

A atuação de estagiários de apoio pedagógico na educação inclusiva: percepções sobre práticas, desafios e articulação entre profissionais de escolas municipais de Redenção-CE / Patricia Maria Pereira da Costa. - Redenção, 2025.
62f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro.

1. Educação inclusiva. 2. Profissionais de Apoio pedagógico.
3. Estagiários - Bolsistas. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371

PATRICIA MARIA PEREIRA DA COSTA

**A ATUAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE APOIO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: PERCEPÇÕES SOBRE PRÁTICAS, DESAFIOS E ARTICULAÇÃO
ENTRE PROFISSIONAIS DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO-CE**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade monografia, apresentado ao curso de licenciatura em Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, campus dos Palmares/CE, como requisito parcial para obtenção de título de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: **03/12/2025**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB
(Orientador)

Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Profa. Dra. Viviane Pinho de Oliveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com todo o amor e carinho, aos meus filhos Pedro Lucas e Anthony Levy, que são minha inspiração diária e o motivo pelo qual nunca desisto, mesmo diante das maiores dificuldades. Vocês representam tudo em minha vida, cada conquista minha também é de vocês.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo e compreensão nos momentos mais difíceis. Cada gesto de carinho, palavra de motivação e incentivo contribuíram de maneira significativa para que eu não desistisse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me deu força, coragem e sabedoria para continuar este trabalho tão importante na minha vida. Sua presença foi fundamental para que eu encontrasse forças nos momentos mais desafiadores, em que eu pensava em desistir, esteve lá para me amparar, obrigada!

Quero expressar minha gratidão a todos os professores que fizeram parte da minha formação, pelos ensinamentos transmitidos e pela dedicação que contribuíram significativamente para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

E, de maneira especial, expresso minha profunda gratidão ao meu orientador Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro, que contribuiu para que este trabalho desse certo. Muitas vezes eu mesma nem acreditava que iria conseguir finalizá-lo. Agradeço por todo comprometimento, paciência e orientação acadêmica. Suas contribuições, atenção e apoio constante foram primordiais para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho. É admirável o ser humano incrível e o excelente profissional que tive o prazer de conhecer, sua orientação foi não apenas acadêmica, mas também inspiradora, deixando um impacto significativo em minha trajetória acadêmica.

Enfim a toda a minha família que sempre acreditou em mim, na minha capacidade e no meu potencial. Sou muito grata a todos que tornaram possível a realização desta monografia. Muito obrigado, família!

RESUMO

Esta pesquisa analisa as percepções de estagiários, professores e gestores sobre a atuação dos profissionais de apoio pedagógico na educação inclusiva, identificando práticas desenvolvidas, desafios enfrentados e estratégias de articulação entre os diferentes atores no contexto de uma escola municipal de Redenção-CE. Adota-se abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Os dados foram coletados mediante entrevistas semiestruturadas com 11 participantes (seis estagiários, três professores e dois gestores). A análise baseou-se na Análise de Conteúdo organizada em seis categorias analíticas: compreensão do papel do estagiário, articulação interprofissional, formação e preparo, condições de trabalho, desafios na implementação e proposições de aprimoramento. Adotou-se triangulação de dados para confrontar as perspectivas dos três grupos. Os resultados evidenciam que os estagiários realizam práticas que vão além das atribuições de alimentação, higiene e locomoção, incluindo auxílio pedagógico, adaptação de materiais e promoção de autonomia. Entretanto, a articulação interprofissional ocorre de forma assistemática, sem momentos estruturados de planejamento conjunto, limitando o potencial colaborativo do trabalho. Todos os grupos reconhecem a insuficiência da formação continuada e a escassez de materiais didáticos como desafios estruturais significativos. A pesquisa confirma a existência de lacunas entre o prescrito nas diretrizes municipais e o vivenciado no cotidiano escolar, com predominância de funções assistenciais em detrimento das pedagógicas, fragmentação do trabalho colaborativo e insuficiências formativas. Propõem-se subsídios para aprimoramento das diretrizes, incluindo institucionalização de planejamento conjunto, inclusão dos estagiários nos momentos pedagógicos, ampliação das formações, melhoria das condições estruturais e valorização profissional. Conclui-se que, embora haja compromisso institucional com a educação inclusiva em Redenção-CE, a efetivação depende da institucionalização de práticas colaborativas, qualificação das formações e valorização dos estagiários como integrantes plenos da equipe pedagógica, não apenas como profissionais auxiliares.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Profissionais de Apoio Pedagógico; Estagiários-Bolsistas;

ABSTRACT

This research analyzes the perceptions of interns, teachers, and administrators regarding the role of pedagogical support professionals in inclusive education, identifying developed practices, challenges faced, and articulation strategies among different actors in the context of a municipal school in Redenção-CE. A qualitative approach of descriptive and exploratory nature is adopted. Data were collected through semi-structured interviews with 11 participants (six interns, three teachers, and two administrators). The analysis was based on Content Analysis organized into six analytical categories: understanding of the intern's role, interprofessional articulation, training and preparation, working conditions, implementation challenges, and improvement propositions. Data triangulation was employed to confront the perspectives of the three groups. The results show that interns perform practices that go beyond feeding, hygiene, and mobility duties, including pedagogical support, material adaptation, and autonomy promotion. However, interprofessional articulation occurs unsystematically, without structured moments of joint planning, limiting the collaborative potential of the work. All groups acknowledge the insufficiency of continuing education and the scarcity of teaching materials as significant structural challenges. The research confirms the existence of gaps between what is prescribed in municipal guidelines and what is experienced in daily school life, with a predominance of care functions to the detriment of pedagogical ones, fragmentation of collaborative work, and training insufficiencies. Subsidies for improving the guidelines are proposed, including institutionalization of joint planning, inclusion of interns in pedagogical moments, expansion of training programs, improvement of structural conditions, and professional valorization. It is concluded that, although there is institutional commitment to inclusive education in Redenção-CE, its effectiveness depends on the institutionalization of collaborative practices, qualification of training programs, and valorization of interns as full members of the pedagogical team, not merely as auxiliary professionals.

Keywords: Inclusive Education; Pedagogical Support Professionals; Scholarship Interns;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Fundamentos legais e conceituais da educação inclusiva no Brasil	16
2.2 Atuação dos estagiários de apoio pedagógico	19
3.METODOLOGIA	25
3.1 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados	26
3.1.1 Entrevistas semiestruturadas	26
3.1.2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	27
3.1.3 Roteiros das Entrevistas Semiestruturadas	28
3.1.4 Roteiro de Procedimentos para Análise de Dados	28
3.1.5 Orientações para a Realização das Entrevistas	29
3.2 Uso de ferramentas com suporte de inteligência artificial	29
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
4.1 Organização Institucional e Articulação dos Profissionais de Apoio	31
4.2 Acompanhamento, Formação e Implementação das Diretrizes	32
4.3 Desafios Estruturais e Sugestões para Aprimoramento	34
4.4 Experiência dos Professores com a Educação Inclusiva e Relação com os Estagiários	36
4.5 Desafios da Inclusão na Perspectiva dos Professores	37
4.6 Formação e Apoio na Perspectiva dos Professores	38
4.7 Perfil, Formação e Práticas Cotidianas dos Estagiários-Bolsistas	40
4.8 Relações Institucionais na Perspectiva dos Estagiários-Bolsistas	42
4.9 Condições de Trabalho dos Estagiários-Bolsistas	44
4.10 Desafios e Potencialidades na Perspectiva dos Estagiários-Bolsistas	45
4.11 Convergências, Divergências e Implicações	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7. REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	57

1. INTRODUÇÃO

A atuação de estagiários de apoio pedagógico na educação inclusiva: percepções sobre práticas, desafios e articulação entre profissionais de escolas municipais de Redenção-Ce, é o tema deste trabalho de pesquisa. A educação inclusiva tem se consolidado nos dias atuais como um dos pilares fundamentais das políticas educacionais brasileiras, especialmente no que se refere à garantia do direito à aprendizagem e a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas condições ou necessidades específicas.

Nesse contexto, a atuação dos estagiários de apoio pedagógico também denominados de “bolsista-cuidador”, no município de Redenção-Ce, é implementada com vistas à inclusão, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades cognitivas, sociais e emocionais em ambientes adequados e acolhedores. Além disso, sua articulação com os profissionais de apoio pedagógico na educação inclusiva é essencial para remover barreiras, acompanhar individualmente os estudantes e fortalecer práticas inclusivas.

A relevância do tema está ligada à crescente demanda por políticas públicas que assegurem atendimento adequado a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou necessidades educacionais específicas. Nas escolas públicas municipais, observa-se a necessidade de fortalecer processos formativos, ampliar o diálogo entre equipes pedagógicas e repensar métodos e estratégias que sustentem a inclusão efetiva. A escolha deste tema se fundamenta na minha experiência pessoal e profissional como bolsista-cuidadora escolar desde 2023 até o presente momento, a qual possibilitou vivenciar rotinas, desafios e potencialidades da função. Essa vivência despertou o interesse em investigar de forma crítica e fundamentada o papel dos estagiários de apoio pedagógico, permitindo uma análise que articule prática e teoria.

A entrada dos estagiários nas escolas dá-se por um processo simplificado de bolsistas da rede Municipal de Redenção, iniciado quando a Secretaria Municipal de Educação pública um edital abrindo vagas. Os candidatos participam das etapas previstas, sendo posteriormente classificados. Após a divulgação do resultado final, a Secretaria realiza a convocação oficial, seguindo rigorosamente a ordem de classificação. Somente após essa convocação o bolsista é encaminhado para a escola onde irá atuar. Esse processo garante que todos os estudantes com deficiência matriculados na rede municipal recebam o acompanhamento adequado durante o ano letivo de 2025. A pesquisa tem como base o edital lançado em 2025 pela secretaria municipal de educação do município de Redenção-Ce.

Outro ponto que a vivência prática como estagiária atuando com a cuidadora escolar gerou foi a percepção de tensões, inquietações, reflexões frente ao desejo de se aprofundar sobre o papel do apoio pedagógico, nos contextos das escolas municipais de Redenção. Isso por entender que embora as diretrizes municipais estabeleçam atribuições claras para os estagiários, existem lacunas entre o que é prescrito nos documentos oficiais e as práticas cotidianas vivenciadas nas escolas. Assim, esta pesquisa vem da vontade de trazer contribuições e discussões que promovam avanços no trabalho colaborativo e na inclusão escolar.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta o estudo é: como os diferentes atores que compõem o cotidiano escolar (estagiários, professores e gestores) compreendem e vivenciam o trabalho dos profissionais de apoio pedagógico no contexto da educação inclusiva. Busca-se entender de que modo essas percepções influenciam as práticas inclusivas, quais desafios emergem da articulação entre esses profissionais no dia a dia de uma escola municipal de Redenção.

Esta pesquisa, parte da hipótese que existe uma distância entre o que as diretrizes municipais estabelecem como atribuições dos estagiários de educação inclusiva e as práticas efetivamente desenvolvidas nas escolas. Considera-se investigar em contextos reais, se esses estagiários tendem a assumir funções predominantemente assistenciais, com participação reduzida nas dimensões pedagógicas do processo educativo. Supõe-se, ainda, que a articulação entre estagiários, professores e gestão escolar ocorre de forma assistemática, sem momento estruturados de planejamento conjunto, o que pode contribuir para a fragmentação do trabalho pedagógico, gerando tensões entre os mesmos. Ademais, presume-se que a formação inicial e continuada oferecida a esses estagiários é insuficiente para o desenvolvimento das competências necessárias para a atuação qualificada na educação inclusiva.

O objetivo geral deste estudo é analisar as percepções de estagiários, professores e gestores sobre a atuação dos profissionais de apoio pedagógico na educação inclusiva, identificando práticas desenvolvidas, desafios enfrentados e estratégias de articulação entre os diferentes atores no contexto de uma escola municipal de Redenção-CE. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os objetivos específicos: (1) caracterizar as práticas desenvolvidas pelos estagiários; (2) examinar os processos de articulação entre estagiários, professores e gestores; e (3) identificar os principais desafios enfrentados, propondo subsídios para o aprimoramento das diretrizes municipais.

Este estudo se justifica pela necessidade de dar visibilidade a um grupo profissional pouco estudado, mas central para a efetivação da educação inclusiva. Compreender como os estagiários percebem sua atuação e interação com professores e gestores é essencial para aprimorar práticas pedagógicas e fortalecer a colaboração entre os mesmos. Do ponto de vista da Pedagogia, a pesquisa contribui para o debate sobre formação de profissionais, gestão escolar, estratégias de inclusão e práticas pedagógicas colaborativas, fortalecendo o entendimento de que a inclusão depende de uma rede de apoio integrada, e não apenas do professor ou da sala de aula. Os beneficiários diretos da pesquisa incluem: estagiários de apoio pedagógico, ao refletirem sobre suas práticas e aperfeiçoarem sua atuação; professores e gestores, ao obterem subsídios para melhor articular e organizar o trabalho escolar; secretaria municipal de educação, ao fornecer informações que possam orientar políticas e diretrizes de apoio pedagógico; e estudantes público-alvo da educação especial, que se beneficiarão de práticas mais integradas, humanizadas e qualificadas.

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, conforme preconizam Minayo (2014) e Gil (2017), por buscar compreender em profundidade as percepções, experiências e relações estabelecidas entre estagiários, professores e gestores no cotidiano da educação inclusiva. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto investigado, que demanda análise interpretativa de significados, práticas e interações sociais que não podem ser quantificadas (Bogdan; Biklen, 1994). O caráter descritivo permite caracterizar detalhadamente as práticas desenvolvidas pelos estagiários de apoio pedagógico, enquanto a dimensão exploratória possibilita investigar um campo ainda pouco estudado na literatura educacional brasileira, especialmente no contexto municipal.

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Ensino Fundamental Anos Iniciais, em Redenção-CE, selecionada intencionalmente por apresentar número significativo de estudantes com necessidades educacionais especializadas (88 dentre 407 alunos) e amplo quadro de estagiários/cuidadores (23 profissionais), configurando-se como contexto representativo para análise das dinâmicas inclusivas no município.

Os dados foram coletados mediante entrevistas semiestruturadas com 11 participantes selecionados: seis estagiários, três professores e dois gestores, contemplando os diferentes atores envolvidos na educação inclusiva. A opção por entrevistas semiestruturadas fundamenta-se em Ludke e André (2013), que destacam a flexibilidade deste instrumento para aprofundar questões emergentes durante a interação, mantendo o foco nos objetivos investigativos.

Foram elaborados três roteiros distintos, adequados às especificidades de cada grupo profissional, abordando práticas desenvolvidas, desafios enfrentados e processos de articulação interprofissional. As entrevistas foram gravadas mediante autorização prévia dos participantes e transcritas utilizando o software Transkriptor, com posterior revisão manual para assegurar fidedignidade.

Os procedimentos éticos seguiram as diretrizes da Resolução CNS 510/2016, garantindo anonimato e confidencialidade. A análise adotou a técnica de triangulação de dados (Flick, 2009), confrontando as perspectivas dos três grupos para identificar convergências, divergências e complementaridades, possibilitando compreensão multifacetada do fenômeno investigado e fortalecendo a validade interpretativa dos resultados.

Este trabalho está organizado em cinco seções articuladas de forma lógica e progressiva. A introdução, contextualiza o tema, delimita o problema de pesquisa, estabelece o objetivo geral e os objetivos específicos, além de apresentar a justificativa que fundamenta a relevância acadêmica e social do estudo e descreve o percurso metodológico qualitativo, descritivo e exploratório adotado.

A segunda seção desenvolve o referencial teórico, fundamentando a discussão sobre educação inclusiva no contexto brasileiro, abordando as políticas públicas que norteiam a atuação dos profissionais de apoio pedagógico, as atribuições estabelecidas nas diretrizes municipais de Redenção-CE implementadas em 2023, e as contribuições acadêmicas sobre práticas colaborativas, articulação interprofissional e os desafios estruturais e formativos enfrentados no cotidiano escolar inclusivo.

A terceira seção detalha a metodologia, explicitando a abordagem qualitativa, a caracterização do campo empírico (escola municipal de Ensino Fundamental I com 407 alunos, sendo 88 com necessidades educacionais especializadas), descrevendo os três grupos de participantes (seis estagiários, três professores e dois gestores) selecionados intencionalmente, apresentando os instrumentos de coleta de dados (três roteiros de entrevistas semiestruturadas com blocos específicos para cada categoria profissional), os procedimentos de transcrição, os aspectos éticos observados com aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e garantia de anonimato, além dos procedimentos analíticos baseados na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), organizados em seis categorias analíticas: compreensão do papel do estagiário, articulação interprofissional, formação e preparo, condições de trabalho, desafios na implementação e proposições de aprimoramento.

A quarta seção apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos nas entrevistas, confrontando as percepções dos três grupos de participantes mediante triangulação de dados (Flick, 2009), identificando convergências e divergências entre o prescrito nas diretrizes municipais e o vivenciado nas práticas cotidianas, destacando as tensões relacionadas à delimitação de papéis, a predominância de funções assistenciais em detrimento das pedagógicas, a fragmentação do trabalho colaborativo e as insuficiências nos processos formativos oferecidos aos estagiários, articulando os achados empíricos com o referencial teórico.

Finalmente, a quinta seção oferece as considerações finais, sintetizando as principais contribuições da pesquisa para o campo da Pedagogia e da educação inclusiva, reconhecendo as limitações do estudo, propondo subsídios para o aprimoramento das diretrizes municipais e sugerindo caminhos para futuras investigações sobre a temática.

Complementam o trabalho as referências que fundamentam teoricamente a pesquisa com base em autores da educação inclusiva, políticas públicas educacionais e metodologia qualitativa; os apêndices, contendo os três roteiros de entrevistas semiestruturadas aplicados aos grupos de estagiários (Roteiro A), professores (Roteiro B) e gestores escolares (Roteiro C), o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado, e as orientações metodológicas seguidas durante a realização das entrevistas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva no Brasil é resultado de lutas históricas dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, que reivindicam o direito de acesso, permanência e participação plena em âmbito escolar. Esses avanços foram consolidados em importantes documentos legais que constituem subsídios legais e asseguram o direito à aprendizagem em ambientes comuns, sem discriminação e com oferta de apoios adequados.

Este capítulo tem como objetivo apresentar os fundamentos que sustentam a presente pesquisa, articulando os marcos legais da educação inclusiva brasileira com as discussões sobre a atuação dos estagiários de apoio pedagógico, especificamente no contexto das escolas municipais de Redenção-CE. A construção deste referencial busca dialogar com os objetivos do estudo, fornecendo subsídios para caracterizar as práticas desenvolvidas pelos estagiários, examinar os processos de articulação entre os profissionais e identificar os principais desafios enfrentados na implementação da política municipal.

O capítulo está organizado em dois tópicos. O primeiro, Fundamentos legais e conceituais da educação inclusiva no Brasil, contextualiza os principais marcos normativos que sustentam a inclusão escolar no país, como a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal (1988), a LDB (1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Discute-se também o papel do profissional de apoio escolar e a importância da mediação pedagógica no desenvolvimento dos estudantes, fundamentando-se em autores como Mantoan (2003), Carvalho (2004), Silva (2018) e Vygotsky (1998). O segundo tópico, Atuação dos estagiários de apoio pedagógico, discute diretrizes municipais, práticas e desafios da articulação interprofissional, estabelece a ponte entre os fundamentos gerais da inclusão e o contexto específico desta pesquisa. Apresenta-se a regulamentação municipal que normatiza a atuação dos estagiários em Redenção-CE, por meio da Lei Municipal nº 1.717/2019 (alterada pela Lei nº 1.924/2024) e das Diretrizes para Atuação dos Estagiários da Educação Inclusiva (Redenção, 2025). Discute-se as práticas cotidianas desenvolvidas por esses profissionais, as tensões entre o prescrito nos documentos oficiais e o vivenciado no dia a dia escolar, e os desafios relacionados à formação, à delimitação de papéis e à articulação colaborativa entre estagiários, professores e gestores.

Essa organização permite situar, inicialmente, os fundamentos mais amplos da educação inclusiva brasileira, para então aprofundar a discussão sobre a especificidade do

contexto municipal investigado. Assim, este referencial não se propõe apenas como revisão, mas como fundamento que possibilita compreender a complexidade da educação inclusiva e, especialmente, o papel dos estagiários de apoio pedagógico como mediadores essenciais no processo de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especializadas.

2.1 Fundamentos legais e conceituais da educação inclusiva no Brasil

A educação inclusiva no Brasil é resultado de lutas históricas dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, que reivindicam o direito de acesso, permanência e participação plena em âmbito escolar. Esses avanços foram consolidados em importantes documentos legais, como a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), e a Lei Brasileira de Inclusão – (BRASIL, 2015). Os marcos normativos constituem subsídios legais que garantem e asseguram o direito à aprendizagem em ambientes comuns, sem discriminação e com oferta de apoios adequados.

A Declaração de Salamanca (1994) afirma que "as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos" (UNESCO, 1994). Esse documento trata que a escola inclusiva é o meio mais eficaz de conscientização e a base para políticas públicas educacionais, e, assim, direcionando como as escolas devem seguir para garantir uma educação especial que abrange em sua totalidade. A Declaração de Salamanca representa um marco internacional que influenciou profundamente as políticas educacionais brasileiras, ao defender que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de suas dificuldades ou diferenças.

A Constituição Federal de 1988 estabelece no seu artigo 205 que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988). Fica esclarecido diante deste princípio o respaldo e o compromisso do Estado e da família em oferecer uma educação que seja acessível, com qualidade e, acima de tudo, igualitária. A Constituição também estabelece, no artigo 208, inciso III, o atendimento educacional especializado aos

portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, consolidando juridicamente o direito à inclusão.

Portanto, o que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394/96, a lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que visa garantir o direito de todos à educação sem restrições. No que tange ao Capítulo V, artigo 58, sobre a Educação Especial, ressalta-se:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Diante do que é previsto nessa lei, enfatiza-se de antemão como os sistemas de ensino devem atuar, orientando que todos os alunos com deficiências têm os mesmos direitos à educação em salas de aula comuns, como também garantidos todos os apoios necessários. A LDB estabelece ainda que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades dos educandos com deficiência, consolidando a perspectiva de que a educação especial não substitui, mas complementa e suplementa o ensino regular.

Outro marco fundamental é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, que representa um avanço significativo ao instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A LBI define no artigo 3º, inciso XII:

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas (Brasil, 2015).

Formalizando o papel do profissional de apoio escolar, que vem se destacando na efetivação da inclusão na prática cotidiana, especialmente nos anos iniciais. A LBI representa um marco ao especificar legalmente a figura do profissional de apoio, reconhecendo sua importância para a permanência e participação dos estudantes com deficiência nas escolas regulares. Segundo Silva (2018), as funções que os estagiários de apoio exercem na escola vão bem mais além do que é designado em Lei:

A função do cuidador escolar está fundamentada em auxiliar o aluno em suas necessidades básicas, como ir ao banheiro, alimentar-se e fazer suas atividades como as demais crianças, conforme especifica algumas leis. Mas sabemos que não são apenas essas as suas funções; o cuidador está ligado interdisciplinarmente em todo o contexto escolar, pois ele interage com os professores de todos os níveis, onde o aluno que ele irá cuidar estiver inserido, e tem seu papel fundamental na inclusão desse aluno como os demais colegas de escola (Silva, 2018, p. 12).

Essa constatação evidencia que, embora a legislação defina atribuições específicas relacionadas ao cuidado físico, a prática cotidiana revela que o profissional de apoio desempenha funções mais amplas, articulando-se ao trabalho pedagógico desenvolvido na escola.

Trata-se de práticas que se articulam num trabalho cooperativo entre estagiário de apoio e professor regente de sala, permitindo que a função exercida em sala de aula, de cuidados e responsabilidades que são atribuídas, se relacione com a do professor regente ao ser desenvolvida com a turma. O papel do estagiário é oferecer de forma dinâmica que seja desenvolvido o que está sendo proposto em aula e, além disso, favorecer todos os meios de inclusão com outros colegas, adaptando todo o contexto escolar para o aluno.

Nessa perspectiva, Mantoan (2003) defende que não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola que precisa se transformar para acolher a todos, especificamente no ensino ministrado. E, assim, exige reorganizar práticas pedagógicas, flexibilizar currículos e promover ambientes de aprendizagem que valorizem as potencialidades de cada estudante. Concordando com o que defende Carvalho (2004) sobre a proposta de educação e a reestruturação das escolas, de modo a atender as necessidades de todos que dela necessitam. Para Mantoan (2003), a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência, mas envolve todos os que possam estar excluídos ou marginalizados, exigindo que a escola se reorganize para garantir que todos participem efetivamente do processo educativo.

Assim, o princípio central da inclusão é que todos os estudantes aprendam, ainda que em tempos, ritmos e formas diferentes, e que as escolas precisam garantir apoios adequados para uma aprendizagem de qualidade. Como cita Carvalho (2004, p. 16), são "as oportunidades que qualquer escola deve garantir, a todos, oferecendo-lhes diferentes modalidades de atendimento educacional que permitam assegurar-lhes o êxito na aprendizagem e na participação". Esse princípio fundamenta a compreensão de que a diversidade é característica inerente aos grupos humanos e que as diferenças devem ser reconhecidas e valorizadas, não como obstáculos, mas como elementos que enriquecem o processo educativo.

Nesse contexto, os estagiários de apoio pedagógico desempenham papel relevante ao favorecer autonomia, participação e engajamento dos estudantes com deficiência, tornando-os parte central do processo de inclusão nas escolas. A presença desses profissionais

representa uma estratégia importante para garantir que os estudantes com necessidades educacionais especializadas tenham acesso não apenas ao ambiente escolar, mas também às oportunidades de aprendizagem, convivência e desenvolvimento integral que a escola deve proporcionar a todos. Entretanto, para que essa atuação seja efetiva, é fundamental que esteja articulada ao projeto pedagógico da escola, que haja clareza sobre as atribuições desses profissionais e que se estabeleçam processos formativos adequados, aspectos que serão discutidos no tópico seguinte, com foco no contexto específico do município de Redenção-CE.

2.2 Atuação dos estagiários de apoio pedagógico

A efetivação da educação inclusiva depende da colaboração entre diversos profissionais, entre eles o estagiário de apoio pedagógico, cuja atuação se articula ao trabalho do professor regente, da gestão e da equipe pedagógica. A atuação do estagiário de apoio pedagógico está diretamente relacionada à efetivação da inclusão escolar, visto que esse profissional colabora no atendimento às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, eliminando barreiras à aprendizagem e garantindo que estudantes com deficiência participem efetivamente da rotina escolar.

Esse é um profissional que, embora não substitua o professor, desempenha papel fundamental na mediação entre o estudante, o conhecimento e os demais atores do ambiente educacional. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (2015), o profissional de apoio escolar é responsável por atividades de alimentação, higiene, locomoção e demais ações necessárias à participação do estudante nas atividades educacionais. Embora a lei utilize o termo profissional de apoio, muitos municípios, como Redenção-CE, adotam a nomenclatura de estagiário ou bolsista-cuidador, mantendo funções semelhantes.

Essa diversidade de nomenclaturas reflete as diferentes formas de contratação e organização desses profissionais nas redes municipais, mas não altera a essência de suas atribuições, que visam garantir a permanência e participação dos estudantes com deficiência nas escolas regulares. No município de Redenção-CE, a atuação dos estagiários da Educação Inclusiva é regulamentada por dois instrumentos principais: a Lei Municipal nº 1.717/2019 (alterada pela Lei nº 1.924/2024) e as Diretrizes para Atuação dos Estagiários da Educação Inclusiva, publicadas pela Secretaria Municipal de Educação em fevereiro de 2025. Esses documentos apresentam importantes pontos de convergência, especialmente quanto à

finalidade do estágio, à carga horária, às atribuições dos estagiários e à organização do trabalho pedagógico.

Tanto a legislação quanto as diretrizes definem que os estagiários têm como função central acompanhar estudantes com deficiência que necessitam de apoio específico em horário escolar, contribuindo para sua inclusão, autonomia e aprendizagem, demonstrando o compromisso do município com a educação inclusiva. Além das orientações gerais previstas na legislação nacional, o município de Redenção-CE dispõe de um documento próprio denominado Diretrizes para a Atuação dos Estagiários da Educação Inclusiva nas Escolas Municipais de Redenção (SME) que normatiza a prática desses profissionais no contexto escolar.

Esse documento reafirma a importância dos estagiários como parte integrante da equipe escolar e destaca que seu trabalho deve ser conhecido e acompanhado por gestores, professores e coordenadores, reforçando um modelo de atuação colaborativa. As Diretrizes especificam que esses profissionais devem auxiliar os estudantes nas atividades propostas pelos professores, sempre que necessário, promover autonomia e facilitar a permanência dos estudantes nas tarefas. Essas orientações revelam que o município reconhece a importância desses profissionais como mediadores do processo inclusivo. Segundo as Diretrizes, cabe aos estagiários que atuam na Educação Inclusiva do município:

Auxiliar nas atividades de alimentação, higiene e locomoção dos estudantes acompanhados, sempre que necessário; Orientar ou auxiliar a criança/adolescente nas atividades pedagógicas propostas pelo professor, garantindo que o estudante participe das ações de rotina da sala de aula; Cumprir carga horária de 20 horas semanais, seguindo a organização institucional da escola; Em caso de ausência do estudante acompanhado, deve receber atividades orientadas pelo coordenador pedagógico ou professor, desde que relacionadas à Educação Inclusiva, assegurando que sua formação e atuação estejam alinhadas ao que prevê o edital e à função para a qual foi designado (Redenção, 2025).

Essas diretrizes demonstram que Redenção reconhece a necessidade de um profissional que faça a intermediação entre o aluno, o professor e o ambiente escolar, ampliando o acesso às aprendizagens e promovendo autonomia. O documento deixa claro que o estagiário não é um substituto do professor, nem um cuidador estritamente físico: ele atua como apoio pedagógico, favorecendo o desenvolvimento global do estudante e assegurando sua participação plena nas atividades curriculares.

A previsão de que, na ausência do estudante acompanhado, o estagiário deve realizar atividades relacionadas à Educação Inclusiva evidencia a preocupação com a formação continuada desses profissionais e com o aproveitamento adequado do tempo de

trabalho. Segundo Mantoan (2003), a inclusão requer práticas pedagógicas que considerem os limites e possibilidades de cada estudante, e o estagiário de apoio tem papel fundamental ao auxiliar o aluno na autorregulação, na organização da rotina e na superação de barreiras que impedem seu pleno desenvolvimento.

No cotidiano escolar, o estagiário de apoio pedagógico auxilia na transição entre atividades, incentiva a participação do estudante, promove autonomia e contribui para estratégias de manutenção da atenção e autorregulação emocional. Essa atuação, quando alinhada ao planejamento pedagógico, pode fortalecer a rotina escolar do aluno e amplia suas possibilidades de aprendizagem, criando condições para que o estudante participe ativamente das propostas desenvolvidas em sala de aula.

Entretanto, um desafio frequentemente identificado é que o papel do estagiário é reduzido ao cuidado físico, embora sua função seja mais ampla. Como ressalta Silva (2018), o cuidador ou estagiário de apoio contribui não apenas para as tarefas de cuidado, mas para o desenvolvimento integral e para a inclusão do aluno como os demais colegas de escola, especialmente quando atua de forma articulada com o professor. Essa redução das funções ao cuidado físico compromete as possibilidades de atuação pedagógica desses profissionais e limita seu potencial como mediadores da aprendizagem, reforçando uma visão fragmentada do processo inclusivo que separa cuidado de educação, quando, na verdade, ambos são indissociáveis no contexto escolar.

Mantoan (2003, p. 36) destaca que "os alunos aprendem nos seus limites, e se o ensino for de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um". Isso demonstra que a presença do estagiário deve estar articulada a práticas pedagógicas inclusivas e a um trabalho cooperativo entre os profissionais da escola.

A atuação do estagiário de apoio pedagógico constitui elemento central para a efetivação da inclusão escolar em Redenção-CE, mas exige formação adequada, clareza de função e articulação com a equipe pedagógica para que, de fato, contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes. A falta de articulação entre professor e estagiário em sala de aula compromete demasiadamente a inclusão do aluno.

Segundo Mantoan (2003, p. 37), "o trabalho em sala de aula, ainda muito marcado pela individualização das tarefas", aponta a importância do trabalho articulado e colaborativo entre estagiários, professores e gestores. Quando os profissionais agem isoladamente,

compromete-se o sucesso da inclusão, pois a fragmentação do trabalho pedagógico gera lacunas no acompanhamento do estudante e dificulta a construção de estratégias conjuntas que favoreçam sua aprendizagem e participação plena nas atividades escolares. A importância do trabalho colaborativo no contexto escolar é uma dimensão essencial para a efetivação da inclusão.

Segundo Mantoan (2003), é preciso uma proposta de formação nas escolas que inclua cursos, oficinas, entre outras ações formativas, para professores e demais integrantes da comunidade escolar. O sucesso dessa proposta de formação nas escolas aponta como indicadores:

[...] o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem; professores conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos; cooperação entre os implicados no processo educativo, dentro e fora da escola; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem; e enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitam a construção coletiva do conhecimento (Mantoan, 2003, p. 47).

A autora complementa que essa proposta deve ser avaliada pela dimensão em que pode ser alcançada: se os professores e a comunidade escolar estão avançando pedagogicamente na forma de ensinar, a partir de novas concepções e práticas educacionais; se as escolas estão se transformando; se os alunos estão avançando em conhecimentos, respeitando as possibilidades de cada um na construção dos saberes; e se esses conhecimentos estão sendo construídos coletivamente em sala de aula. Assim, estaremos avançando para que essa iniciativa seja vista como uma possibilidade para todos, na construção de conhecimentos e partilhas de saberes, superando práticas excludentes e individualizadas que caracterizaram historicamente o ensino tradicional.

A presença do estagiário de apoio pedagógico na escola e essa articulação interprofissional são amplamente sustentadas pelo pensamento de Vygotsky (1998, p. 86), no qual o autor defende o conceito de zona de desenvolvimento proximal como "a distância entre o nível real (da criança) de desenvolvimento determinado pela resolução de problemas independentemente e o nível de desenvolvimento potencial determinado pela resolução de problemas sob orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capacitados". Isso significa que a presença do estagiário de apoio pode ampliar as possibilidades de mediação pedagógica com o aluno, desde que haja supervisão eficiente do professor regente e diálogo constante entre os profissionais.

A perspectiva sociocultural de Vygotsky fornece elementos para compreender o estagiário como mediador entre o aluno e o conhecimento, fortalecendo a aprendizagem na zona de desenvolvimento proximal e possibilitando que o estudante avance em suas capacidades com o apoio adequado. Para Vygotsky, a aprendizagem não ocorre de forma isolada, mas na interação social, por meio da mediação de instrumentos e signos culturais. Nesse sentido, o estagiário de apoio pedagógico atua como um mediador essencial, especialmente para estudantes que enfrentam barreiras à participação e à aprendizagem.

Ao oferecer suporte individualizado, orientação e estímulo, o estagiário contribui para que o estudante acesse conhecimentos e desenvolva habilidades que, sem essa mediação, permaneceriam fora de seu alcance imediato. Essa função mediadora, no entanto, só se realiza plenamente quando há clareza sobre os objetivos pedagógicos, quando existe planejamento conjunto entre professor e estagiário, e quando ambos compartilham responsabilidades pelo processo de ensino-aprendizagem.

Essa perspectiva está alinhada ao que afirmam autores como Mantoan (2003), quando defende que a inclusão exige um ambiente pedagógico colaborativo e organizado, no qual diversos profissionais compartilham responsabilidades. As diretrizes municipais reforçam, portanto, a importância da articulação e do trabalho colaborativo entre estagiários, professores regentes, gestão e coordenação pedagógica, uma vez que a inclusão é um processo coletivo e constante.

Não se trata de responsabilizar exclusivamente o professor regente ou o estagiário pelo sucesso da inclusão, mas de construir uma rede de apoio que envolva toda a equipe escolar, as famílias e a comunidade, garantindo que o estudante com deficiência tenha oportunidades reais de aprendizagem, desenvolvimento e participação social. Isso confirma a relevância do tema da pesquisa, pois as percepções sobre o trabalho colaborativo, os desafios cotidianos e as práticas adotadas são essenciais para compreender a efetividade da Educação Inclusiva na rede municipal de Redenção-CE.

Investigar como estagiários, professores e gestores compreendem suas funções, como articulam suas práticas e quais tensões emergem desse processo é fundamental para identificar lacunas entre o prescrito nos documentos oficiais e o vivenciado no cotidiano escolar, bem como para propor subsídios que contribuam para o aprimoramento das políticas municipais de educação inclusiva. A compreensão dessas dinâmicas possibilita avançar na

construção de práticas mais integradas, humanizadas e qualificadas, que efetivamente garantam o direito de todos os estudantes à educação de qualidade.

3.METODOLOGIA

A instituição que serviu de campo empírico para a pesquisa atende 10 turmas no período da manhã: 6 turmas de 1º ano e 4 turmas de 2º ano; e 10 turmas no período da tarde: 3 turmas de 3º ano, 4 turmas de 4º ano e 3 turmas de 5º ano. No total, são 20 turmas de alunos matriculados que somam 407 alunos. Dentre estes, 88 são estudantes com laudo que diagnosticam a necessidade de acompanhamento especializado.

A escola possui 56 funcionários, sendo 23 estagiários/cuidadores. No ano de 2025, a escola passa por uma reforma em seu prédio principal e, desde o início do segundo semestre, está funcionando em um espaço provisório. Como o local temporário é reduzido, a rotina escolar precisou ser adaptada: não há área disponível para recreio, e, portanto, as atividades recreativas são realizadas dentro das salas de aula. Inclusive, as refeições também são servidas nas salas, devido à falta de um refeitório apropriado. Todos os entrevistados são funcionários de uma mesma escola, dentre estes estão, seis estagiários, três professores e dois gestores, sendo cada grupo submetido a blocos de perguntas específicos, elaborados para refletir suas funções e experiências no contexto escolar. Todas as entrevistadas assinaram o TCLE e as gravações foram autorizadas expressamente por todas.

As entrevistas gravadas foram transcritas utilizando a ferramenta digital Transkriptor (disponível em <https://app.transkriptor.com/>), software especializado em conversão de áudio em texto que apresenta elevado grau de fidedignidade na transcrição das falas. Após a transcrição automática, realizou-se revisão manual de cada entrevista para assegurar a precisão das informações e preservar aspectos discursivos das falas dos participantes. Todo o material transcrito foi armazenado com segurança, respeitando-se o anonimato dos entrevistados conforme as diretrizes da pesquisa com seres humanos.

A organização da análise dos dados apresentada na próxima seção fundamenta-se nos princípios da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), seguindo as três etapas metodológicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com inferência e interpretação. A estruturação respeita os blocos temáticos dos roteiros de entrevistas aplicados a cada grupo (gestores, professores e estagiários), preservando a organização original da coleta para facilitar a apresentação sistemática das percepções dos participantes de modo a observar os critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade (Bardin, 2016).

Assim, as seções de discussão apresentam as perspectivas de gestores, professores e estagiários, articulando-se com as seis categorias analíticas definidas a priori: compreensão do papel do estagiário, articulação interprofissional, formação e preparo, condições de trabalho, desafios na implementação e proposições de aprimoramento. Cada seção condensa núcleos de sentido identificados durante a exploração sistemática do material transcrito, permitindo a representação organizada dos dados brutos e a produção de inferências sobre as percepções das entrevistadas.

Finalmente, apresenta-se os resultados mediante triangulação de dados para identificar convergências, divergências e lacunas entre o prescrito e o vivenciado. Para Bardin (2016), a triangulação fortalece a validade interna da análise, permitindo interpretações fundamentadas que articulam os achados empíricos com o referencial teórico, demonstrando demonstrar como os diferentes atores compreendem a atuação dos estagiários na educação inclusiva.

3.1 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

Os instrumentos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foram elaborados de modo a assegurar a coleta sistemática de dados que permitisse responder aos objetivos estabelecidos e compreender as percepções de estagiários, professores e gestores sobre a atuação dos profissionais de apoio pedagógico na educação inclusiva. A construção desses instrumentos seguiu os princípios da pesquisa qualitativa em educação (Lüdke; André, 2013; Bogdan; Biklen, 1994), considerando a necessidade de captar as experiências vivenciadas pelos participantes, ao mesmo tempo em que se mantinha estrutura suficiente para garantir a comparabilidade dos dados coletados junto aos diferentes grupos.

3.1.1 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas foram adotadas de modo a permitir acessar percepções, experiências e significados que os participantes atribuem às suas práticas cotidianas. Segundo Lüdke e André (2013), a entrevista semiestruturada caracteriza-se pela existência de roteiro básico que orienta o diálogo, mas sem rigidez que impeça o aprofundamento de questões emergentes durante a interação. Essa flexibilidade é especialmente adequada para investigações que buscam compreender fenômenos complexos, como a atuação de profissionais no contexto da educação inclusiva, permitindo que os

entrevistados expressem suas vivências com liberdade, ao mesmo tempo em que se assegura a cobertura dos temas essenciais aos objetivos da pesquisa, conforme o referencial teórico escolhido.

Conforme destaca Minayo (2014), a entrevista permite não apenas coletar informações factuais, mas compreender os sentidos e significados que os sujeitos atribuem às suas ações, revelando dimensões subjetivas que questionários estruturados não alcançariam. Os roteiros elaborados contemplam blocos temáticos alinhados às categorias analíticas estabelecidas. A opção por três roteiros distintos reconhece que estagiários, professores e gestores ocupam posições diferentes no processo de inclusão escolar, possuindo percepções específicas que precisam ser adequadamente contempladas.

A condução das entrevistas seguiu um roteiro para alinhar a consistência na coleta de dados, conforme orientam Lüdke e André (2013) sobre a importância de criar ambiente de confiança e escuta genuína e, além disso, registrar a manifestação dos participantes quanto a autorização e ciência da realização da pesquisa por meio oral, de modo a evitar possíveis constrangimentos relacionados a registros escritos caso alguma das pessoas não tivesse domínio sobre registros escritos.

Para tal registro, utilizou-se o gravador do celular e, a partir dos arquivos de áudio, logo em seguida, realizou-se a transcrição integral das entrevistas com suporte da ferramenta Transkriptor¹. A conclusão do processo de transcrição se deu com a revisão dos dados transcritos a partir dos registros de áudio, de modo a assegurar a fidelidade do conteúdo das entrevistas.

3.1.2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O referido documento (APÊNDICE I) visa assegurar os aspectos éticos da pesquisa, em conformidade com a Resolução CNS 510/2016, que estabelece diretrizes para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais envolvendo seres humanos. O TCLE foi elaborado com linguagem clara e acessível, explicitando os objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados, a duração estimada da entrevista, as medidas de proteção ao anonimato e à confidencialidade, o caráter voluntário da participação e o direito de recusa ou desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

¹ <https://transkriptor.com/>

O documento também fornece informações de contato da pesquisadora, permitindo que eventuais dúvidas ou solicitações posteriores possam ser prontamente atendidas.

3.1.3 Roteiros das Entrevistas Semiestruturadas

Neste trabalho foram elaborados roteiros específicos para captar as percepções e experiências dos profissionais que atuam diretamente com os estudantes com necessidades educacionais especializadas (APÊNDICE II). A opção por entrevistas semiestruturadas fundamenta-se em Lüdke e André (2013), que destacam a adequação deste instrumento para pesquisas educacionais por permitir ao pesquisador seguir um roteiro básico que garante a cobertura dos temas essenciais, ao mesmo tempo em que possibilita flexibilidade para aprofundar questões emergentes durante a interação com o entrevistado. Os roteiros foram estruturados em blocos temáticos de modo a buscar explorar a análise das respostas que trataram de vivências, percepções e necessidades, contribuindo para que suas vozes sejam efetivamente ouvidas na pesquisa e dialogando diretamente com as categorias analíticas C1 (Compreensão do papel do estagiário), C2 (Articulação interprofissional), C3 (Formação e preparo), C4 (Condições de trabalho) e C5 (Desafios na implementação).

3.1.4 Roteiro de Procedimentos para Análise de Dados

O Apêndice III foi elaborado para explicitar os procedimentos de transcrição das entrevistas, e descrever as etapas da análise. Além disso, previu o tratamento dos resultados, que envolve inferência e interpretação mediante triangulação das fontes de dados para confrontar as percepções dos três grupos e identificar convergências, divergências e lacunas entre o prescrito nas diretrizes e o vivenciado na prática cotidiana (Bardin, 2016; Flick, 2009; Minayo, 2014). A explicitação desses procedimentos não apenas orienta a execução prática da análise, mas também fortalece a compreensão metodológica e a possibilidade de replicação do estudo por outros pesquisadores, contribuindo com o rigor da investigação.

3.1.5 Orientações para a Realização das Entrevistas

O Apêndice IV é o protocolo metodológico elaborado para assegurar a qualidade e a consistência na condução das entrevistas, garantindo que todos os participantes fossem abordados da mesma forma e para que os procedimentos fossem seguidos.

As orientações foram organizadas em quatro momentos sequenciais que estruturaram a interação com os participantes. No primeiro momento, “Antes da Entrevista”, a pesquisadora realizou a apresentação pessoal com registro de dia, hora e local, explicou o vínculo institucional e os objetivos da pesquisa, identificou a categoria profissional do participante, apresentou, leu e esclareceu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes da assinatura, solicitou autorização para gravação, registrando-a em áudio, e reforçou o caráter voluntário da participação. No segundo momento, “Durante a Entrevista”, fez anotações em caderno, manteve postura neutra e respeitosa, seguiu o roteiro com flexibilidade, utilizou escuta ativa, evitou interrupções e não pressionou por respostas.

No terceiro momento, “Após a Entrevista”, a pesquisadora agradeceu pela participação e pelo tempo dedicado, reiterou a confidencialidade dos dados e garantiu ao participante a possibilidade de solicitar acesso aos resultados da pesquisa. No quarto momento, “Cuidados Adicionais”, assegurou que as entrevistas ocorressem em local reservado e confortável, verificou previamente o funcionamento dos equipamentos, evitou influenciar as respostas com opiniões pessoais, acolheu com empatia relatos sensíveis sem julgar, manteve cópias seguras das gravações e transcrições, com acesso restrito, e enviou o áudio da entrevista ao orientador.

3.2 Uso de ferramentas com suporte de inteligência artificial

Cabe destacar que este trabalho foi desenvolvido seguindo as boas práticas acadêmicas. Instituições como a Universidade Federal Fluminense (UFF, 2025) e outras universidades brasileiras orientam sobre o uso ético e transparente de tecnologias na produção científica. Compreende-se que tais ferramentas podem ser utilizadas como recursos auxiliares na pesquisa acadêmica, desde que seu uso seja explicitamente declarado, mantendo-se a responsabilidade autoral do pesquisador sobre todo o conteúdo produzido.

Nesse sentido, esta monografia foi escrita e revisada com suporte de ferramentas tecnológicas que auxiliaram em diferentes etapas do processo de pesquisa. A ferramenta Transkriptor foi utilizada para transcrição automática das entrevistas gravadas e a ferramenta

de inteligência artificial Claude (Sonnet 4.5), desenvolvida pela Anthropic (<https://claude.ai/>), foi utilizada como assistente na organização textual, revisão gramatical, adequação ao gênero monografia e aprimoramento da coesão e coerência do texto acadêmico.

É importante ressaltar que todas as análises, interpretações, inferências e conclusões apresentadas são de integral responsabilidade da autora, tendo sido fundamentadas no referencial teórico estudado e nos dados empíricos coletados mediante as entrevistas realizadas.

O uso dessas ferramentas não substitui o trabalho intelectual da pesquisadora, mas potencializa sua capacidade de organização, sistematização e expressão escrita, permitindo maior dedicação à análise crítica dos dados e à produção de conhecimento relevante. Do exposto, a mesma permanece como autora responsável por todas as etapas da pesquisa, cabendo às ferramentas tecnológicas papel exclusivamente instrumental.

A presente declaração transparente sobre o uso de tecnologias está alinhada aos princípios éticos da produção científica contemporânea, que reconhecem as ferramentas digitais como recursos legítimos quando utilizados de forma responsável, crítica e declarada.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com diferentes atores envolvidos no contexto escolar da educação inclusiva em uma escola municipal de Redenção-CE. Participaram da pesquisa 11 profissionais: seis estagiários-bolsistas, três professores e dois gestores escolares. O anonimato dos participantes foi preservado, garantindo a confidencialidade de suas identidades conforme os procedimentos éticos estabelecidos e descritos na metodologia.

Para fins de identificação, foram atribuídas combinações alfanuméricas a cada entrevistado: E1, E2, E3, E4, E5 e E6 para os estagiários-bolsistas; P1, P2 e P3 para os professores; e G1 e G2 para os gestores escolares. A análise dos dados foi organizada em blocos temáticos específicos, conforme os roteiros de entrevistas aplicados a cada grupo.

O Roteiro A, voltado aos estagiários-bolsistas, contemplou cinco blocos: (1) Perfil e Formação; (2) Atribuições e Práticas Cotidianas; (3) Relações Institucionais; (4) Condições de Trabalho; e (5) Desafios e Potencialidades. O Roteiro B, direcionado aos professores, abordou quatro blocos: (1) Experiência com Educação Inclusiva; (2) Relação Professor-Estagiário; (3) Desafios da Inclusão; e (4) Formação e Apoio. O Roteiro C, aplicado

aos gestores, contemplou quatro blocos: (1) Organização Institucional; (2) Acompanhamento e Formação; (3) Implementação das Diretrizes; e (4) Desafios Estruturais.

A apresentação dos resultados observa a triangulação de dados proposta por Flick (2009), e que Bardin (2016), embora não use explicitamente o termo "triangulação", defende como a comparação entre diferentes corpus e a confrontação de resultados como forma de validação, o que se considerou um princípio comum entre os autores. Assim, apresenta-se as perspectivas dos três grupos para identificar convergências, divergências e complementaridades nas experiências relatadas. Essa abordagem permite uma compreensão do fenômeno investigado, articulando as percepções dos diferentes atores com o referencial teórico apresentado no capítulo anterior e com as diretrizes municipais que normatizam a atuação dos estagiários na educação inclusiva.

4.1 Organização Institucional e Articulação dos Profissionais de Apoio

A análise das entrevistas com os gestores escolares (G1 e G2) evidencia que a escola conta atualmente com 23 estagiários-bolsistas que atuam prioritariamente como cuidadores. A distribuição desses profissionais ocorre conforme a necessidade dos estudantes e o número de alunos por turma, sendo o processo orientado pela demanda de apoio pedagógico identificada através dos laudos apresentados pelas famílias. Ambos os gestores entrevistados destacam o papel da equipe escolar e da psicopedagoga na identificação das necessidades e na alocação dos bolsistas, reforçando a existência de um fluxo articulado entre gestão e corpo docente para atender às especificidades dos alunos com deficiência ou outras condições que demandem acompanhamento individualizado.

Essa organização institucional converge com o que estabelecem as Diretrizes para Atuação dos Estagiários da Educação Inclusiva (Redenção, 2025), que determinam que os estagiários devem acompanhar estudantes com deficiência que necessitam de apoio específico em horário escolar. No entanto, o número expressivo de 88 estudantes com laudo para um total de 23 estagiários, conforme apresentado na caracterização do campo empírico, evidencia que nem todos os estudantes com necessidades educacionais especializadas recebem acompanhamento individualizado, sendo o apoio direcionado prioritariamente aos casos que demandam atenção mais intensa.

De modo semelhante, as falas dos gestores revelam consenso quanto à flexibilidade na atuação dos estagiários em situações de ausência do estudante atendido, permanecendo estes em sala de aula para apoiar outros alunos ou desenvolver materiais pedagógicos relacionados às suas funções. Observa-se, contudo, diferenças sutis na ênfase dada pelas entrevistadas: enquanto G1 destaca a inexistência de um plano formal de atividades e a presença apenas de orientações práticas, G2 enfatiza a redistribuição temporária dos estagiários para atender alunos que ainda não possuem acompanhamento individual. Assim, embora ambos os relatos indiquem gestão adaptativa e colaborativa, evidenciam também a ausência de uma política institucional padronizada, fazendo com que as ações dependam da mediação direta da equipe gestora e das necessidades emergentes do contexto escolar.

Essa constatação dialoga com a hipótese inicial da pesquisa, que pressupõe a existência de lacunas entre o prescrito nas diretrizes municipais e o vivenciado no cotidiano escolar. As diretrizes (Redenção, 2025) estabelecem que, em caso de ausência do estudante acompanhado, o estagiário deve receber atividades orientadas pelo coordenador pedagógico ou professor, desde que relacionadas à Educação Inclusiva. Entretanto, os relatos dos gestores indicam que, na prática, essas atividades são definidas de forma assistemática, sem momentos estruturados de planejamento conjunto, o que pode comprometer a qualidade formativa dessas experiências e reforçar o caráter improvisado da atuação dos estagiários.

4.2 Acompanhamento, Formação e Implementação das Diretrizes

A análise das entrevistas com os gestores revela convergência na percepção quanto ao modo como o núcleo gestor realiza o acompanhamento dos estagiários. G1 destaca: “O trabalho do estagiário, do bolsista cuidador, ele acontece através dos acompanhamentos do coordenador pedagógico, nos planejamentos dos professores, eles também fazem um relato de como é que anda e no dia a dia escolar mesmo, nas visitas, nos contatos com esses profissionais”. Já G2 traz: “Nos momentos que o coordenador pedagógico vai observar o professor em sala, é o momento também que ele está observando o acompanhante, o estagiário.” Ambos descrevem um processo contínuo, integrado à rotina pedagógica e articulado com a observação em sala de aula, momento em que o coordenador e a direção avaliam tanto o desempenho docente quanto a atuação dos estagiários. Em ambas as falas, o acompanhamento é entendido não como fiscalização, mas como prática de escuta e

orientação, em que o diálogo e o apoio institucional são utilizados para enfrentar os desafios e ajustar as práticas pedagógicas. Essa dinâmica reforça a presença de uma gestão participativa e formativa, comprometida com o aprimoramento profissional dos bolsistas e com o fortalecimento das ações inclusivas no espaço escolar.

No que diz respeito às estratégias de integração e socialização das informações, observa-se igualmente sintonia entre os depoimentos. Ambos os gestores destacam o diálogo permanente entre estagiários, professores e famílias como meio de alinhar o atendimento às necessidades dos alunos e de acompanhar possíveis mudanças no comportamento ou na medicação. As entrevistas ressaltam ainda a preocupação ética no tratamento dos laudos e das informações sensíveis, que são compartilhadas apenas com os profissionais diretamente envolvidos, garantindo sigilo e respeito às particularidades de cada estudante. Dessa forma, os relatos demonstram uma coerência institucional nas práticas de acompanhamento e comunicação, revelando um ambiente que valoriza a cooperação, a ética e o compromisso com a inclusão escolar.

Quanto à implementação das diretrizes, as entrevistas revelam que este é um processo em consolidação, com avanços importantes no acompanhamento da rotina escolar e na formação dos bolsistas. Ambas as gestoras reconhecem que os cuidadores permanecem na escola mesmo quando o aluno não comparece, contribuindo com outras atividades e integrando-se à equipe docente. Também há convergência quanto à importância dos encontros formativos periódicos, conduzidos pela gestão e pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), como instrumentos para reforçar direitos, deveres e orientações sobre a prática inclusiva. Enquanto G1 destaca a intenção de ampliar esses momentos de formação e aproximar os cuidadores do planejamento pedagógico, G2 enfatiza os avanços na sensibilização da equipe docente em relação à inclusão e ao respeito à diversidade, evidenciando nuances diferentes na percepção sobre os impactos das diretrizes.

G1 afirma: "Eu vou tentar implementar, não esse ano mais, mas para o próximo ano, para assim como tem aquele momento encontro com todos os professores, que isso aconteça mensalmente também com todos os cuidadores e fazer com que eles consigam também pelo menos participar, uma vez por mês também, do planejamento com os professores, até para se aproximar mais do que, digamos, a rotina escolar dos alunos." Essa fala evidencia o reconhecimento da necessidade de incluir os estagiários nos espaços formativos e de planejamento, aspecto que dialoga diretamente com a proposta de Mantoan

(2003, p. 47) sobre formação nas escolas, que deve promover "cooperação entre os implicados no processo educativo, dentro e fora da escola" e "ênfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitam a construção coletiva do conhecimento".

Por sua vez, G2 destaca: "Tem avanços, os avanços que estão acontecendo na formação dos estagiários e percebo também uma sensibilização da equipe docente com a inclusão e o respeito à diversidade." Essa percepção sugere que, mesmo com as lacunas identificadas, há movimentos institucionais no sentido de qualificar a atuação dos estagiários e de sensibilizar toda a comunidade escolar para as demandas da educação inclusiva, o que representa um avanço significativo em relação ao modelo tradicional de exclusão ou segregação.

No que se refere às dificuldades e à aplicação de advertências, ambos os relatos apontam desafios relacionados à formação, à postura pedagógica e à assiduidade dos estagiários. G1 ressalta: "A gente recebe alguns cuidadores, bolsistas, cuidadores, que falta essa formação para lidar diretamente com a criança com deficiência. Então, acho que uma das dificuldades maiores é a formação, formação específica." Já G2 destaca: "Existem as faltas, e existe também o não, tem como colaborar melhor o atendimento da criança, não é só ficar observando, sentar perto, mas colaborando, mostrando, ensinando e fazendo essa criança desenvolver de acordo com seus potenciais."

Essas falas evidenciam que, embora as diretrizes estabeleçam atribuições claras, a formação inicial e continuada oferecida aos estagiários é insuficiente para o desenvolvimento de competências necessárias à atuação qualificada na educação inclusiva, confirmando uma das hipóteses levantadas nesta pesquisa.

Quanto às medidas disciplinares, há concordância entre os gestores quanto à adoção de advertências em casos de faltas ou posturas inadequadas, mas ambos reforçam que o diálogo e a orientação precedem as medidas formais, evidenciando uma gestão que busca equilibrar supervisão, formação e suporte ético aos estagiários.

4.3 Desafios Estruturais e Sugestões para Aprimoramento

As respostas dos gestores evidenciam que a disponibilidade de materiais didáticos para o trabalho inclusivo ainda é limitada, sendo necessário recorrer a adaptações temporárias para atender às necessidades dos estudantes. G1 destaca: "Hoje não, a gente faz uma

adaptação, a gente já adquiriu algumas coisas, mas nós estamos aí com, pra gente receber uma sala multifuncional, onde a gente vai poder dizer que tem, porque aí a gente já fez todo o levantamento de material, aí sim, a gente vai hoje o que a gente tem é coisa muito pouca, mas a gente tem.”. Já G2 conclui: “Ainda estamos avançando com relação a isso, porque existe uma necessidade muito grande das nossas crianças e a escola foi contemplada com uma sala multifuncional.”. Ambas as entrevistadas mencionam a expectativa pela implantação de uma sala multifuncional, que permitirá organizar materiais tecnológicos e recursos pedagógicos diversificados de forma mais estruturada. Enquanto G1 enfatiza que, mesmo sem a sala pronta, o planejamento conjunto entre estagiários, professores e a equipe de educação especial possibilita o uso intencional dos recursos existentes, G2 destaca que os materiais atuais são muito escassos, embora já haja um levantamento completo para quando o projeto da sala for efetivado.

Essa escassez de materiais é confirmada pelos relatos dos estagiários, que serão analisados adiante, e representa um desafio estrutural significativo para a efetivação da educação inclusiva. Como destaca Carvalho (2004, p. 16), a escola deve garantir "diferentes modalidades de atendimento educacional que permitam assegurar-lhes o êxito na aprendizagem e na participação". Sem recursos adequados, torna-se difícil promover práticas inclusivas de qualidade que atendam às especificidades dos estudantes.

Em relação às sugestões para aprimorar as diretrizes, há convergência quanto à necessidade de formação e acompanhamento mais consistentes dos cuidadores. G1 propõe: "Formação continuada, ampliação do número de profissionais de apoio e fortalecimento da parceria com universidades, visando um estágio mais formativo e menos assistencialista." G2 reforça: "A importância de um acompanhamento pedagógico mais próximo e frequente, com uma pessoa dedicada exclusivamente ao desenvolvimento dos cuidadores, para garantir orientação contínua e efetiva."

Essas sugestões dialogam com a perspectiva de Mantoan (2003) sobre a necessidade de formação que promova "o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem" e "cooperação entre os implicados no processo educativo". Ambas as gestoras reconhecem que os desafios estruturais e formativos são interdependentes: sem recursos adequados e acompanhamento sistemático, a implementação plena das diretrizes e a qualidade do atendimento inclusivo ficam comprometidas.

4.4 Experiência dos Professores com a Educação Inclusiva e Relação com os Estagiários

As entrevistas com os professores mostram que estes possuem experiências variadas com estudantes da educação especial, que vão de três a nove anos, indicando diferentes níveis de familiaridade com práticas inclusivas. Em todas as turmas analisadas, há mais estudantes com laudo do que aqueles efetivamente acompanhados por estagiários, evidenciando que o apoio dos estagiários é direcionado a casos que demandam atenção mais individualizada, conforme já identificado na análise das entrevistas com os gestores. O número de estagiários por estudante é sempre limitado a um, reforçando a prática de acompanhamento individualizado.

Em comum, os docentes destacam que nem todos os estudantes com laudo recebem acompanhamento direto de estagiário, priorizando aqueles com maiores necessidades. A divergência entre eles aparece principalmente na quantidade de anos de experiência e no número total de estudantes na sala que recebem acompanhamento especializado. Apesar dessas diferenças, todos concordam que o papel do estagiário é essencial para suporte individualizado, especialmente para estudantes que requerem atenção mais intensa, e que a atuação do estagiário complementa, mas não substitui, o trabalho docente.

Quanto à percepção do papel do estagiário, as professoras o compreendem como essencial para a inclusão e apoio ao estudante, funcionando como um suporte para o professor, auxiliando tanto nas atividades pedagógicas quanto em cuidados individuais, como mobilidade, alimentação e atenção diferenciada. P1 afirma: "É essencial para a inclusão, para sanar algumas dificuldades que o aluno necessita naquele momento, que o professor não pode atender, estando responsável pela turma toda." P2 complementa: "É um papel muito importante, porque dá um suporte além ao professor na sala, na questão também da mobilidade da criança para ir ao banheiro, na hora do lanche, acompanhar nas atividades, que é uma atividade um pouco mais diferenciada. É um braço direito na sala, sem ele fica mais complicado." P3 conclui: "Eu vejo de forma positiva, pois ela está ali para contribuir de forma positiva para aquela criança, para que ela possa se desenvolver e aprender e ter uma aprendizagem adequada."

Essas percepções convergem com a definição de profissional de apoio escolar estabelecida pela LBI (Brasil, 2015) e ampliam essa compreensão ao reconhecerem o papel

pedagógico do estagiário, não apenas assistencial. Essa visão se alinha ao que Silva (2018, p. 12) descreve sobre as funções ampliadas desses profissionais, que vão "bem mais além do que é designado em Lei" e estão "ligados interdisciplinarmente em todo o contexto escolar".

Entretanto, um aspecto crítico identificado nas entrevistas refere-se ao planejamento conjunto entre professores e estagiários. Todos os professores afirmam que as atividades pedagógicas são elaboradas pelos docentes, e os estagiários executam ou acompanham essas atividades em sala. O planejamento conjunto não acontece de forma estruturada e sistemática. Quanto à autonomia do estagiário, todos os professores consideram adequado que ele proponha ou desenvolva atividades, desde que seja para somar ao aprendizado da criança e melhorar a prática pedagógica. A diferença entre eles está no grau de detalhamento sobre essa contribuição: alguns ressaltam que o estagiário pode sugerir melhorias ou adaptar atividades, enquanto outros enfatizam mais o suporte direto durante a execução das atividades.

Essa ausência de planejamento conjunto representa uma lacuna significativa na articulação interprofissional e contradiz o que defendem autores como Mantoan (2003, p. 37), que critica "o trabalho em sala de aula, ainda muito marcado pela individualização das tarefas" e aponta a importância do trabalho articulado e colaborativo. Quando os profissionais agem isoladamente, compromete-se o sucesso da inclusão, pois a fragmentação do trabalho pedagógico gera lacunas no acompanhamento do estudante e dificulta a construção de estratégias conjuntas que favoreçam sua aprendizagem e participação plena.

4.5 Desafios da Inclusão na Perspectiva dos Professores

Quanto às dificuldades na articulação professor-estagiário-estudante, as percepções divergem entre os professores. P1 identifica dificuldades principalmente relacionadas à família, afirmando: "As dificuldades começam desde a família. Quando você tem um bom apoio da família, você pode conversar, tem esse caminho, essa via de mão dupla, que você fala os problemas que acontecem na sala de aula e a família ajuda a resolvê-los, juntamente com o cuidador e professor, eu acho um bom caminho."

P2, por sua vez, aponta a falta de planejamento conjunto como maior dificuldade: "A dificuldade maior não é nem tanto o estudante, mas é mais o professor estagiário, porque a gente não tem o momento, um dia na semana ou do mês, para sentarmos juntos e fazer o

planejamento mais aprofundado. Porque tem coisas que o estagiário vê além do professor, porque ele está direto com a criança, sentado do lado, e ela vê a necessidade mais aprofundada."

Já P3 não percebe dificuldades, destacando que mantém comunicação constante com a estagiária: "Eu não vejo nenhuma dificuldade. Assim, a minha cuidadora, estagiária da minha criança, sempre que eu observo algo sobre a criança, a gente sempre conversa, a gente sempre está em conjunto, conversando sobre a criança, sobre as dificuldades, sobre os avanços, sobre o que precisa melhorar."

Essas divergências evidenciam que a articulação interprofissional depende fortemente das iniciativas individuais dos professores e estagiários, não sendo resultado de uma política institucional estruturada. Isso confirma a hipótese de que a articulação entre estagiários, professores e gestão escolar ocorre de forma assistemática, sem momentos estruturados de planejamento conjunto, dificultando a corresponsabilização pelo processo de ensino-aprendizagem.

Em relação às diretrizes municipais, todos os professores consideram que, de alguma forma, contemplam as necessidades da prática escolar, especialmente o suporte do estagiário ao aluno em tarefas de alimentação, higiene e acompanhamento. No entanto, P2 ressalta que faltam momentos de planejamento conjunto, o que limita o potencial da atuação articulada. Nenhum dos professores relatou casos de estagiários assumindo funções que não lhes cabem, o que sugere que, na escola investigada, há clareza razoável sobre os limites de atuação desses profissionais.

4.6 Formação e Apoio na Perspectiva dos Professores

Quanto à formação específica recebida pelos professores para trabalhar com estudantes da educação especial, as respostas divergem. Participaram da entrevista um docente efetivo e dois contratados, todos do 1º ano séries iniciais, com experiências de 3 a 9 anos de magistério.

P1 afirma: "Já recebemos sim, mas poderia ser mais ampla e poderia ser mais específica em relação aos alunos com necessidades especiais." P2 revela: "Não tenho uma formação aprofundada sobre como lidar em cada situação. A única coisa, a gente lê o laudo da criança, e dali a gente vai se basear como a gente tem que trabalhar em cima daquela dificuldade." P3, por sua vez, destaca: "Mensalmente a gente tem formações na Secretaria de

Educação, momento formativo, é onde tem troca de conhecimentos, troca de dicas de experiências, troca de aprendizados, eu e as outras professoras, para assim construir uma educação de qualidade para as nossas crianças. E também as formações, ela é voltada também para educação especial."

Essas diferenças indicam que a formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação não alcança todos os professores de forma equitativa ou que há percepções distintas sobre a adequação dessas formações. De qualquer modo, há consenso de que as formações precisam ser mais frequentes, específicas e aprofundadas para atender às demandas reais da educação inclusiva.

Sobre a avaliação do preparo dos estagiários, todos os professores reconhecem que estes desempenham suas funções de forma positiva, mas identificam necessidades formativas. P1 avalia o trabalho como "muito bom e necessário para dar atenção adequada aos alunos com necessidades especiais". P2 considera o estagiário "preparado e capaz de lidar com situações desafiadoras em sala", mas reconhece que a formação poderia ser mais aprofundada. P3 "avalia de forma positiva, observa boa vontade e empenho do estagiário, mas percebe carência de formação adicional".

As sugestões de melhoria apontadas pelos professores convergem: todos mencionam a necessidade de formações mais específicas e aprofundadas tanto para professores quanto para estagiários, além de valorização profissional. P1 sugere: "Maior tempo de planejamento junto ao professor, incentivo para reduzir desistências e valorização do trabalho (remuneração)." P2 enfatiza: "Formação mais específica para lidar com as particularidades de cada criança, valorização salarial do estagiário." P3 propõe: "Mais momentos de formação/capacitação para os estagiários, cursos específicos para aprimorar a atuação."

Essas sugestões reforçam o que Mantoan (2003, p. 47) defende sobre a necessidade de formação que promova "o reconhecimento e a valorização das diferenças" e "cooperação entre os implicados no processo educativo", bem como a perspectiva de que a formação deve ser avaliada por seus resultados concretos: se os professores e a comunidade escolar estão avançando na forma de ensinar, se as escolas estão se transformando, e se os alunos estão progredindo em seus conhecimentos.

4.7 Perfil, Formação e Práticas Cotidianas dos Estagiários-Bolsistas

A análise das entrevistas com os estagiários-bolsistas revela que o tempo de atuação varia entre 1 ano e 10 meses a quase 3 anos, indicando que todos possuem experiência prática significativa na educação inclusiva. Quanto à formação acadêmica, há predominância de estudantes de cursos na área de Humanidades (Pedagogia, Serviço Social). No qual duas cursando humanidades, duas em Serviço Social, um estagiário cursa Administração, e outro possui apenas Ensino Médio, com intenção de ingressar em Pedagogia. Todas estão em processo de formação, com cursos universitários em andamento, exceto uma estagiária com formação no Ensino Médio, o que demonstra diversidade no perfil formativo desses profissionais.

Todos os entrevistados participaram de formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação. Os pontos positivos destacados incluem que as formações foram vistas como momentos de aprendizado importantes e úteis para o trabalho em sala de aula, contribuindo para aprofundar o conhecimento sobre crianças com necessidades especiais. Entretanto, críticas significativas foram apontadas: as formações são poucas e pouco frequentes, com repetição de conteúdo ou falta de prática. E2 avaliou de forma particularmente negativa, destacando "falta de estrutura, conteúdos repetitivos e ausência de diálogo sobre a melhoria do trabalho do cuidador", chamando a abordagem de "descaso com o profissional". Outras estagiárias avaliaram de forma positiva, mas sugeriram que as formações poderiam ser mais frequentes e dinâmicas.

Essas percepções confirmam a hipótese de que a formação inicial e continuada oferecida aos estagiários é insuficiente para o desenvolvimento das competências necessárias à atuação qualificada na educação inclusiva. A crítica sobre a repetição de conteúdos e a falta de prática sugere que as formações não estão sendo planejadas com base nas necessidades reais desses profissionais e não promovem o aprofundamento esperado.

Quanto às práticas cotidianas, todos os estagiários realizam auxílio direto ao estudante, principalmente durante atividades pedagógicas, brincadeiras e cuidados com higiene e alimentação quando necessário. Muitos acompanham a criança em atividades adaptadas ou lúdicas (pintura, colagem, exercícios adaptados) e auxiliam também em tarefas gerais da sala, como observação de comportamento e auxílio em atividades coletivas.

E1 relata: "Hoje consigo perceber que ela consegue fazer bastante coisas com relação às atividades propostas pela professora. Vejo que o meu auxílio é importante para

ela..." E3 complementa: "Quando ela tem dias que não quer fazer, aí eu trago outras atividades adaptadas, como pinturas, colagens..." E5 destaca: "Eles são muito independentes na questão de alimentação, mas um tem trauma de banheiro, então preciso acompanhá-lo."

As divergências identificadas referem-se ao fato de que alguns estagiários descrevem um roteiro muito estruturado, começando com atividades físicas, agenda do dia e lanches, enquanto outros focam mais em adaptar atividades conforme o interesse ou capacidade da criança. A presença no cuidado fisiológico também varia: alguns relatam crianças independentes, mas que precisam acompanhar por questões específicas (trauma de banheiro, por exemplo), enquanto outros precisam acompanhar de perto por questões de higiene.

Quanto ao papel no processo de ensino-aprendizagem, todos os estagiários consideram sua atuação essencial para o aprendizado e desenvolvimento da criança, reconhecendo que o estudante precisa de auxílio individualizado, suporte emocional e pedagógico. E2 afirma: "É importantíssimo. Sem mim, a criança não conseguiria aprender..." E3 complementa: "Acredito que sou de fundamental importância, porque eu ajudo, auxílio em muitas coisas." E5 reforça: "Muito importante, essencial. Eu não imagino a escola sem o cuidador."

Essas percepções evidenciam que os estagiários têm clareza sobre a importância de seu trabalho e reconhecem seu papel como mediadores da aprendizagem, o que se alinha à perspectiva sociocultural de Vygotsky (1998) sobre a zona de desenvolvimento proximal. A presença do estagiário amplia as possibilidades de mediação pedagógica, desde que haja supervisão eficiente do professor regente e diálogo constante entre os profissionais.

Sobre as atribuições previstas nas diretrizes que consideram mais desafiadoras, a higiene e o auxílio pedagógico são apontados como mais desafiadores por muitos estagiários. A justificativa é que crianças com dificuldades motoras, traumas ou comportamentos específicos exigem atenção individualizada. E1 afirma: "Acho que é a questão da higiene... o banheiro fica um pouco distante, e aí é desafiador." E2 destaca: "Auxílio pedagógico, porque a minha criança se estressa muito fácil com barulho..." E6 complementa: "O auxílio pedagógico, porque temos que trabalhar sempre o lúdico, adaptar atividades..."

As divergências referem-se ao fato de que alguns estagiários consideram alimentação e locomoção menos desafiadoras, pois as crianças são mais independentes, enquanto outros relatam que o auxílio pedagógico é mais difícil, principalmente em ambientes

barulhentos ou com crianças que se distraem facilmente. A higiene é desafiadora quando há distância do banheiro ou problemas fisiológicos específicos.

Todos os estagiários realizam atividades adaptadas ou acompanhamento individual mesmo quando a criança falta, demonstrando preocupação em manter continuidade no aprendizado e conhecer melhor as especificidades do aluno. E4 relata: "Geralmente, eu procuro atividades adaptativas quando ele falta e também procuro conhecer mais das especificidades dele." E5 destaca: "Quando eles faltam, eu não posso faltar... tenho que estar presente a semana toda." E6 completa: "Eu desenvolvo atividades para ela, quando ela falta."

Essa prática converge com o que estabelecem as Diretrizes (Redenção, 2025), que determinam que, em caso de ausência do estudante acompanhado, o estagiário deve receber atividades orientadas relacionadas à Educação Inclusiva. No entanto, a forma como essas atividades são organizadas varia, alguns estagiários buscam desenvolver novas técnicas ou atividades específicas, enquanto outros concentram-se em manter a rotina ou dar atenção a outras crianças com necessidades similares.

4.8 Relações Institucionais na Perspectiva dos Estagiários-Bolsistas

Quanto à relação com os professores da turma, todos os estagiários relatam que mantêm boa relação. E1 afirma: "Eu tenho uma boa relação com a professora da sala. Ela é uma ótima professora." E5 complementa: "Minha relação é ótima com todos os professores. A gente se dá super bem."

No entanto, sobre o planejamento conjunto, há divergências significativas. A maioria dos estagiários afirma que não existe momento estruturado de planejamento conjunto com os professores. E2 e E4 relatam: "Não há momento de planejamento." Apenas alguns mencionam momentos pontuais: E1 afirma: "Há algum momento que há um planejamento para melhoria da criança."

Essa divergência confirma o que foi identificado nas entrevistas com os professores e gestores: a articulação entre estagiários e professores ocorre de forma assistemática, dependendo da iniciativa individual dos profissionais, não de uma política institucional estruturada. Isso representa uma lacuna significativa, pois, como destaca Mantoan (2003), o trabalho colaborativo e o planejamento conjunto são essenciais para a efetivação da educação inclusiva.

Quanto à participação nos planejamentos pedagógicos da escola, há convergência absoluta: nenhum estagiário participa efetivamente. Alguns demonstram desejo de participação: E4 afirma: "Gostaria muito de participar." E3 complementa: "Eu não participo, mas eu queria frisar que com certeza gostaria de ser convidada para participar." Outros apenas relatam ausência, sem opinião adicional: E2 relata: "Não ocorre, núcleo chamada."

Essa exclusão dos estagiários dos momentos de planejamento pedagógico contraria o que sugere G1, que expressa a intenção de "fazer com que eles consigam também pelo menos participar, uma vez por mês também, do planejamento com os professores, até para se aproximar mais do que, digamos, a rotina escolar dos alunos". A não participação nos planejamentos reforça a fragmentação do trabalho pedagógico e a percepção de que os estagiários são profissionais auxiliares, não integrantes plenos da equipe pedagógica.

Sobre a orientação e acompanhamento do núcleo gestor, todos os estagiários afirmam que recebem instruções sobre faltas, acompanhamento da criança e responsabilidades. No entanto, as percepções sobre a qualidade desse acompanhamento divergem. E5 percebe apoio próximo: "Bem de perto. Elas estão sempre ali nos dando apoio." Em contraste, E2 relata desconfiança ou ausência de acompanhamento: "Não orienta, não acompanha. Só sabe vir quando a gente falta."

Essas divergências sugerem que, embora os gestores relatem práticas de acompanhamento contínuo, alguns estagiários não se sentem efetivamente apoiados ou acompanhados, o que pode indicar lacunas na comunicação ou diferenças na forma como cada estagiário percebe e valoriza o apoio recebido.

Quanto à comunicação com as famílias, há convergência de que a comunicação passa sempre pela gestão antes de chegar à família, conforme orientação institucional. Entretanto, alguns estagiários mantêm vínculo direto com a família, comunicando diretamente certos aspectos. E3 relata: "A gente já criou um vínculo, uma comunicação muito boa." E6 complementa: "A maioria das informações eu já passo diretamente para a mãe da criança, mas outras passo para a gestão." Outros seguem estritamente a mediação da gestão: E2 afirma: "Só posso falar com a mãe depois de passar pela gestão."

Essa diversidade de práticas indica que, embora haja orientação institucional para que a comunicação seja mediada pela gestão, na prática alguns estagiários estabelecem canais diretos com as famílias, o que pode ser positivo para o acompanhamento individualizado, mas

também pode gerar inconsistências na comunicação institucional caso não haja alinhamento com a equipe gestora.

4.9 Condições de Trabalho dos Estagiários-Bolsistas

A análise das condições de trabalho revela desafios significativos. Sobre o acesso a materiais didáticos e jogos, muitos estagiários relatam falta ou escassez de materiais fornecidos pela escola. E2 afirma: "Até agora não disponibilizou ou não tem, eu não sei especificar, sei que eu até agora nunca vi." E4 complementa: "Os materiais são muito escassos e muitas das vezes é a gente que tem que ir atrás... quando a gente vai na gestão fazer esse pedido infelizmente a gente não tem retorno positivo."

Alguns estagiários têm algum acesso, seja através da escola ou de colegas/professores. E1 relata: "Alguns são da escola, e outros é uma colega que também me fornece e a professora também." E5 destaca: "Tenho, mas acho pouco. Acho pouco jogos, pouco material. Deveria ter mais, porque a carência é grande."

Essa escassez de materiais confirma o que foi apontado pelos gestores e representa um desafio estrutural que compromete a qualidade do trabalho inclusivo. Sem recursos adequados, torna-se difícil desenvolver atividades adaptadas e lúdicas que atendam às especificidades dos estudantes.

Em relação ao horário de intervalo/lanche, todos os estagiários relatam que o horário é limitado ou condicionado, muitas vezes dependente da necessidade de acompanhar a criança. E3 afirma: "Não tenho, pra falar a verdade, porque desde a hora que chego, a hora de ir embora, eu fico com a criança." E2 complementa: "Eles falam que a gente pode tirar 10 minutos antes ou depois, mas quando a gente sai, eles reclamam. A gente acaba ficando sem intervalo." E5 destaca: "Eu tenho direito de merendar, de ir na hora que o professor vai, só que eu prefiro ficar de olho na minha criança, principalmente no horário do recreio."

Essa situação evidencia que, embora haja reconhecimento formal do direito ao intervalo, na prática a supervisão constante da criança limita ou inviabiliza esse momento de descanso, o que pode gerar sobrecarga e comprometer o bem-estar dos estagiários.

Quanto ao acompanhamento de mais de um estudante, a maioria acompanha uma única criança, especialmente quando ela possui necessidades especiais mais intensas. E2 justifica: "Só ele, porque a necessidade dele é especial, tem que ter um exclusivo só pra ele."

E4 complementa: "No momento acompanho apenas uma criança, porque ele tem muitas necessidades e eu tenho que estar diretamente, apenas com aquela criança."

Alguns estagiários acompanham mais de uma criança, dependendo do perfil e da tranquilidade das crianças. E5 relata: "Acompanho, porque a criança que eu acompanho desde o começo do ano, ela é bem tranquila, aí por isso que eu resolvi ficar com duas, porque dá tranquilo." E3 afirma: "Sempre que posso auxiliar com outra criança, eu faço isso. Eu gosto de ajudar."

O acompanhamento múltiplo depende do perfil das crianças; a responsabilidade por necessidades especiais intensas geralmente impede cuidar de mais de um estudante, o que está alinhado com a proposta de acompanhamento individualizado prevista nas diretrizes.

4.10 Desafios e Potencialidades na Perspectiva dos Estagiários-Bolsistas

A análise dos desafios enfrentados pelos estagiários revela convergências significativas. Quase todos mencionam a remuneração baixa como principal desafio. E2 afirma: "O salário é horrível, 550 não serve de nada." E4 complementa: "A bolsa é muito pouca. Não dá pra se manter."

Outro desafio comum é a falta de materiais didáticos adequados. E4 destaca: "Os materiais são muito escassos, a gente tem que ir atrás. Não são cedidos materiais na própria sala."

Sobrecarga e falta de reconhecimento também são mencionadas. E3 relata: "A gente não é reconhecido, financeiramente inferior à responsabilidade."

A falta de formação/capacitação específica é outro desafio recorrente. E2 afirma: "Formações de verdade, que a gente aprenda alguma coisa, e incentivo."

Alguns estagiários citam a necessidade de melhorias físicas e adaptativas da escola, e outros focam na sobreposição de funções, precisando atuar como professor em certos momentos. Um ponto mencionado é a rigidez da presença quando a criança falta, considerado injusto por vários estagiários, embora nem todos tenham citado diretamente. Em relação às mudanças sugeridas nas diretrizes, há convergência quanto à flexibilização do trabalho quando a criança falta. Todos mencionam que seria ideal não precisar ir à escola nesses dias. E6 afirma: "Quando a criança não ia, a gente ficava em casa para descansar." E3

complementa: "Mudaria para que quando a criança não fosse, o cuidador pudesse planejar em casa.". Melhora na valorização e remuneração é outra sugestão comum. E2 propõe: "Tinha que ter no mínimo 750."

Acesso a materiais e suporte também é apontado como necessário. As divergências referem-se ao fato de que alguns estagiários focam na carga horária e flexibilidade (resolver assuntos pessoais sem prejuízo), outros enfatizam a necessidade de diretrizes claras para o uso de recursos e apoio pedagógico, e alguns sugerem mudanças na política de faltas e desligamentos.

Sobre a preparação para atuar na educação inclusiva, todos os estagiários relatam sentir-se preparados, mas ainda em processo de aprimoramento. Há consenso sobre a necessidade de formação contínua e específica para lidar com diferentes crianças. E2 afirma: "Sempre temos que aprender novas técnicas, cada criança é diferente." E6 complementa: "Cursos que venham para aprimorar e ajudando o nosso trabalho."

As divergências referem-se ao fato de que alguns estão mais confiantes por experiência prática, enquanto outros sentem falta de apoio institucional e cursos oferecidos pela prefeitura/Secretaria de Educação. E4 demonstra iniciativa pessoal ao afirmar: "Penso até em, posteriormente, estar fazendo uma pós aí em educação inclusiva."

Essas percepções confirmam que, embora os estagiários reconheçam seu papel essencial e se sintam comprometidos com o trabalho, enfrentam desafios estruturais (falta de materiais, baixa remuneração, ausência de intervalo garantido) e formativos (formações insuficientes, falta de planejamento conjunto) que comprometem a qualidade de sua atuação e seu bem-estar profissional.

4.11 Convergências, Divergências e Implicações

A triangulação dos dados coletados nas entrevistas com gestores, professores e estagiários-bolsistas permite identificar convergências, divergências e lacunas entre o prescrito nas diretrizes municipais e o vivenciado no cotidiano escolar, confirmando as hipóteses iniciais desta pesquisa.

Os três grupos de participantes convergem em aspectos fundamentais que evidenciam tanto potencialidades quanto desafios no contexto investigado. Todos os grupos reconhecem o papel essencial dos estagiários para a efetivação da inclusão escolar e para o

apoio individualizado aos estudantes com necessidades especiais, o que demonstra consenso sobre a relevância desses profissionais no cotidiano das práticas inclusivas.

Gestores, professores e estagiários também concordam que a formação inicial e continuada é insuficiente para atender às demandas da educação inclusiva, sendo necessárias formações mais frequentes, específicas e práticas que efetivamente preparem os profissionais para os desafios encontrados em sala de aula. Igualmente, todos os grupos apontam a falta de recursos pedagógicos adequados como desafio estrutural significativo, evidenciando que a escassez de materiais didáticos compromete a qualidade do trabalho inclusivo desenvolvido na escola.

Professores e estagiários mencionam ainda a necessidade de melhor remuneração e reconhecimento do trabalho desenvolvido, sinalizando que a valorização profissional é aspecto essencial para a permanência e o comprometimento desses atores com a educação inclusiva. Por outro lado, há consenso sobre o bom relacionamento entre estagiários, professores e gestão, o que representa uma potencialidade importante para o fortalecimento do trabalho colaborativo, demonstrando que, apesar dos desafios estruturais e formativos, existe base relacional favorável para a construção de práticas mais articuladas.

Entretanto, a análise também revela divergências e lacunas significativas que comprometem a articulação interprofissional e a efetividade das práticas inclusivas. Enquanto alguns gestores e professores mencionam momentos pontuais de planejamento conjunto, a maioria dos estagiários afirmar categoricamente que não há momentos estruturados para esse fim, evidenciando que a articulação ocorre de forma assistemática e depende de iniciativas individuais, não de uma política institucional consolidada.

Da mesma forma, embora os gestores descrevam práticas de acompanhamento contínuo dos estagiários, alguns desses profissionais não se sentem efetivamente apoiados, sugerindo lacunas na comunicação entre gestão e estagiários ou diferenças significativas nas expectativas sobre o que constitui acompanhamento adequado. Outro aspecto crítico identificado refere-se ao fato de que nenhum estagiário participa dos planejamentos pedagógicos da escola, apesar de os gestores reconhecerem a importância dessa participação, o que evidencia contradição entre o discurso institucional e a prática efetiva, reforçando a percepção de que os estagiários são vistos como profissionais auxiliares, não como integrantes plenos da equipe pedagógica.

Em relação às atividades desenvolvidas durante a ausência do estudante acompanhado, há consenso de que os estagiários devem realizar atividades relacionadas à educação inclusiva, conforme estabelecem as diretrizes municipais, mas não existe um plano formal estruturado para orientar essas ações, fazendo com que as atividades sejam definidas de forma improvisada e dependam da mediação direta da coordenação ou da gestão. Além disso, enquanto alguns participantes avaliam as formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de forma positiva, outros as consideram repetitivas, pouco práticas e insuficientes, evidenciando que a qualidade e a adequação dessas formações são percebidas de maneira bastante heterogênea pelos diferentes profissionais.

A análise evidencia que, embora haja compromisso institucional com a educação inclusiva e reconhecimento da importância dos estagiários, persistem lacunas significativas entre o prescrito nas diretrizes municipais e o vivenciado no cotidiano escolar. A ausência de planejamento conjunto estruturado, a insuficiência formativa, a escassez de recursos e a não participação dos estagiários nos momentos pedagógicos da escola comprometem a articulação interprofissional e, conseqüentemente, a qualidade do atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especializadas.

Como destaca Mantoan (2003, p. 37), "o trabalho em sala de aula, ainda muito marcado pela individualização das tarefas", compromete a inclusão quando os profissionais agem isoladamente, sem compartilhar responsabilidades e sem construir coletivamente estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes. A perspectiva sociocultural de Vygotsky (1998) sobre a zona de desenvolvimento proximal reforça que a mediação pedagógica só se realiza plenamente quando há clareza sobre os objetivos educacionais, planejamento conjunto entre os profissionais envolvidos e corresponsabilização efetiva pelo processo de ensino-aprendizagem, elementos que não se evidenciam de forma sistemática nas práticas observadas nesta pesquisa.

As diretrizes municipais (Redenção, 2025) estabelecem atribuições e orientações importantes para a atuação dos estagiários na educação inclusiva, mas os dados revelam que sua implementação ainda é incipiente, dependendo fortemente de iniciativas individuais dos profissionais e da mediação constante da equipe gestora, sem a consolidação de práticas institucionalizadas que garantam a continuidade e a qualidade das ações inclusivas. Para que a educação inclusiva se efetive de fato no município de Redenção-CE, é necessário avançar na institucionalização de práticas colaborativas que envolvam todos os profissionais da escola,

na ampliação e qualificação das formações oferecidas aos estagiários e professores, na melhoria das condições estruturais mediante disponibilização de materiais didáticos adequados e espaços adaptados, e na valorização efetiva dos estagiários como integrantes plenos da equipe pedagógica, reconhecendo seu papel não apenas como profissionais auxiliares responsáveis pelo cuidado físico, mas como mediadores essenciais do processo de inclusão e desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especializadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as percepções de estagiários, professores e gestores sobre a atuação dos profissionais de apoio pedagógico na educação inclusiva, identificando práticas desenvolvidas, desafios enfrentados e estratégias de articulação entre os diferentes atores no contexto de uma escola municipal de Redenção-CE. Foi possível compreender como os diferentes atores escolares vivenciam a implementação das diretrizes municipais para atuação dos estagiários da educação inclusiva e quais lacunas persistem entre o prescrito nos documentos oficiais e o vivenciado no cotidiano escolar.

A investigação permitiu caracterizar práticas desenvolvidas pelos estagiários da educação inclusiva, evidenciando que esses profissionais realizam um conjunto amplo de atividades que vão além das atribuições de alimentação, higiene e locomoção formalmente estabelecidas na Lei Brasileira de Inclusão (2015) e nas Diretrizes Municipais (Redenção, 2025). As práticas cotidianas incluem auxílio direto nas atividades pedagógicas, adaptação de materiais, acompanhamento em brincadeiras e atividades lúdicas, apoio na transição entre atividades, incentivo à participação do estudante, promoção de autonomia e contribuição para estratégias de manutenção da atenção e autorregulação emocional.

Ao examinar os processos de articulação entre estagiários, professores e gestores escolares, a pesquisa identificou que, embora todos os grupos relatem bom relacionamento interpessoal, a articulação ocorre de forma assistemática, sem momentos estruturados de planejamento conjunto. Gestores descrevem práticas de acompanhamento contínuo e diálogo permanente, mas a maioria dos estagiários afirma que não há momentos formais de planejamento com os professores, e nenhum estagiário participa dos planejamentos pedagógicos da escola, apesar de gestores reconhecerem a importância dessa participação.

Professores confirmam que as atividades pedagógicas são elaboradas exclusivamente por eles, cabendo aos estagiários executar ou acompanhar essas atividades em sala, configurando uma relação hierarquizada que limita o potencial colaborativo do trabalho. Essas constatações confirmam a hipótese de que a articulação entre professores e estagiários ocorre de forma assistemática, sem momentos estruturados de planejamento conjunto, dificultando a corresponsabilização pelo processo de ensino-aprendizagem.

A investigação também identificou os principais desafios enfrentados na implementação da política de apoio pedagógico, revelando obstáculos estruturais, formativos e relacionais significativos. Entre os desafios estruturais, destacam-se a escassez de materiais didáticos adequados para o trabalho inclusivo, apontada por todos os grupos de participantes,

e a ausência de espaços físicos adaptados, com a escola funcionando provisoriamente em local reduzido devido a reformas.

Além disso, a menção à necessidade de os estagiários "colaborarem, mostrando, ensinando" reforça a expectativa de que esses profissionais atuem para além do cuidado físico, assumindo também responsabilidades pedagógicas, o que contradiz parcialmente a definição legal do profissional de apoio escolar apresentada na (Brasil, 2015), mas se alinha à realidade descrita por Silva (2018, p. 12) sobre as funções ampliadas desses profissionais no cotidiano escolar.

Entre os desafios formativos, gestores, professores e estagiários concordam que a formação inicial e continuada é insuficiente para atender às demandas da educação inclusiva, com críticas à repetição de conteúdos, falta de prática e baixa frequência das formações oferecidas, confirmando a hipótese de que a formação oferecida aos estagiários é insuficiente para o desenvolvimento de competências necessárias à atuação qualificada. Entre os desafios relacionais, embora haja bom relacionamento interpessoal, a ausência de planejamento conjunto estruturado, a fragmentação do trabalho pedagógico e a não participação dos estagiários nos momentos formativos da escola geram tensões e comprometem a efetividade da inclusão.

Com base nos desafios identificados e nas sugestões apresentadas pelos próprios participantes, propõem-se subsídios para o aprimoramento das diretrizes municipais que incluem a institucionalização de momentos mensais de planejamento conjunto entre estagiários e professores, a inclusão dos estagiários nos planejamentos pedagógicos gerais da escola, a ampliação e qualificação das formações continuadas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, o estabelecimento de plano formal de atividades para estagiários em caso de ausência do estudante acompanhado, a ampliação do número de estagiários para atender adequadamente aos estudantes com laudo, a melhoria das condições estruturais mediante aquisição de materiais didáticos e recursos tecnológicos, a valorização profissional dos estagiários mediante revisão da remuneração, a garantia efetiva do horário de intervalo, e o fortalecimento da parceria com universidades visando estágio mais formativo e academicamente fundamentado.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa contribui para o debate sobre educação inclusiva, formação de profissionais, gestão escolar e práticas pedagógicas colaborativas ao dar visibilidade a um grupo profissional pouco estudado, mas central para a efetivação da inclusão, que são os estagiários de apoio pedagógico. A literatura sobre educação inclusiva frequentemente foca no papel dos professores, na acessibilidade

arquitetônica ou nas políticas públicas, mas raramente investiga em profundidade como os profissionais de apoio compreendem seu trabalho, quais desafios enfrentam e como se articulam com os demais atores escolares.

Ao adotar abordagem qualitativa com triangulação de dados, confrontando as perspectivas de estagiários, professores e gestores, esta pesquisa fornece compreensão multifacetada do fenômeno investigado, evidenciando convergências, divergências e lacunas que seriam invisíveis em análises que privilegiassem apenas uma fonte de dados. Do ponto de vista prático, a pesquisa oferece subsídios concretos para o aprimoramento das diretrizes municipais de Redenção-CE, com proposições fundamentadas nas percepções dos próprios atores envolvidos no cotidiano da educação inclusiva, beneficiando diretamente os estagiários de apoio pedagógico, que poderão refletir sobre suas práticas e ter acesso a melhores condições de trabalho e formação, os professores e gestores, que obterão subsídios para melhor articular e organizar o trabalho escolar, a Secretaria Municipal de Educação, que receberá informações sistematizadas para orientar políticas e diretrizes de apoio pedagógico, e especialmente os estudantes público-alvo da educação especial, que se beneficiarão de práticas mais integradas, humanizadas e qualificadas quando as lacunas identificadas forem superadas.

A pesquisa fortalece ainda o entendimento de que a inclusão não depende apenas do professor regente ou de adaptações curriculares isoladas, mas de uma rede de apoio integrada, na qual diversos profissionais compartilham responsabilidades e constroem coletivamente estratégias pedagógicas que garantam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

É importante reconhecer as limitações desta pesquisa, considerando que o estudo foi realizado em uma única escola municipal de Redenção-CE, o que limita a generalização dos resultados para outras escolas do município ou de outros contextos, embora a escola investigada seja representativa em termos de número de estudantes com necessidades educacionais especializadas e de estagiários.

O período de coleta de dados coincidiu com momento em que a escola funcionava em espaço provisório devido a reformas, o que pode ter intensificado alguns dos desafios estruturais identificados e influenciado as percepções dos participantes sobre as condições de trabalho. As Diretrizes para Atuação dos Estagiários da Educação Inclusiva foram publicadas recentemente, em fevereiro de 2025, de modo que a implementação ainda está em processo de consolidação, e muitas das lacunas identificadas podem ser resultado desse momento de transição, não de características permanentes da política municipal.

Embora a triangulação de dados entre estagiários, professores e gestores fortaleça a validade da análise, a pesquisa não incluiu as perspectivas das famílias dos estudantes acompanhados nem dos próprios estudantes com deficiência, o que poderia enriquecer a compreensão sobre a efetividade das práticas desenvolvidas. O número de participantes, embora adequado para pesquisa qualitativa, é relativamente pequeno, com 11 entrevistados, e a inclusão de mais professores, gestores de outras escolas ou estagiários com diferentes tempos de experiência poderia revelar nuances adicionais. Por fim, a pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, não longitudinal, de modo que não foi possível acompanhar mudanças nas práticas e percepções ao longo do tempo ou avaliar impactos de eventuais modificações nas diretrizes municipais.

Com base nos achados desta pesquisa e em suas limitações, sugere-se que futuras investigações possam expandir o estudo para outras escolas municipais de Redenção-CE, comparando contextos, perfis de estudantes e práticas de articulação interprofissional, de modo a identificar se os desafios identificados são específicos da escola investigada ou comuns à rede municipal. Recomenda-se também incluir as perspectivas das famílias dos estudantes acompanhados e, quando possível, dos próprios estudantes com deficiência, utilizando metodologias adequadas à faixa etária e às especificidades de comunicação dessas crianças, de modo a compreender como percebem o papel dos estagiários e quais contribuições identificam para seu desenvolvimento.

A educação inclusiva constitui-se como conquista histórica e desafio permanente para os sistemas educacionais brasileiros. Embora as políticas públicas tenham avançado significativamente nas últimas décadas, assegurando direitos e estabelecendo diretrizes para o atendimento aos estudantes com deficiência, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar ainda enfrenta obstáculos estruturais, formativos e relacionais que precisam ser superados.

Esta pesquisa evidenciou que, no contexto de Redenção-CE, há compromisso institucional com a educação inclusiva e reconhecimento da importância dos estagiários de apoio pedagógico, mas persistem lacunas significativas entre o prescrito nas diretrizes e o vivenciado nas práticas cotidianas. A superação dessas lacunas exige não apenas aprimoramento dos documentos normativos, mas transformação efetiva das práticas institucionais, com investimento em formação continuada de qualidade, melhoria das condições estruturais, valorização profissional dos estagiários e, fundamentalmente, institucionalização de práticas colaborativas que promovam o planejamento conjunto, a corresponsabilização e o compartilhamento de saberes entre todos os profissionais envolvidos na educação inclusiva.

Esta pesquisa representa contribuição para esse processo de transformação ao dar voz aos estagiários de apoio pedagógico, profissionais que atuam cotidianamente na linha de frente da inclusão, mas que raramente têm suas percepções, desafios e potencialidades investigados academicamente. Espera-se que os achados aqui apresentados possam subsidiar a Secretaria Municipal de Educação de Redenção-CE no aprimoramento de suas políticas, inspirar outras pesquisas sobre a temática e, especialmente, contribuir para que os estudantes com necessidades educacionais especializadas tenham acesso a práticas pedagógicas cada vez mais qualificadas, integradas e humanizadas.

7. REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. São Paulo. 1977.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasil, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário oficial da união, Brasília, DF, 5 out.1988.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. [S. l.], 1996. Disponível em <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>>. Acesso em: 09/04/2025.
- BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.pdf](#). acesso em: 09/04/2025.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- REDENÇÃO. Lei nº 1717 de 01 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a instituição de estágio para acompanhamento de estudantes no apoio específico no horário escolar em decorrência de deficiência física ou intelectual que afete a aprendizagem e dá outras providências. Disponível em: https://redencao.ce.gov.br/arquivos/291/LEIS_1717_2019_0000001.pdf. Acesso: 23 de novembro de 2025.
- REDENÇÃO. Secretaria Municipal de Educação de Redenção-CE. *Diretrizes para a Atuação dos Estagiários da Educação Inclusiva nas Escolas Municipais de Redenção – Orientações para estagiários, professores e gestores escolares*. Redenção, 2025. Documento interno, não publicado.
- SILVA. Sayonara Meireles da. *Educação inclusiva: a importância do cuidador escolar no acompanhamento do educando com deficiência*. João Pessoa, 2018.
- UFF. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. DEPARTAMENTO DE DIREITO. *Guia para uso de I.A. Generativa*. Niterói, 2025. Disponível em: <https://direito.uff.br/2025/11/21/guia-para-uso-de-i-a-generativa/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

REDENÇÃO. Secretaria Municipal de Educação. Edital nº 01, de 20 de março de 2025. Processo Seletivo Simplificado de Bolsistas para atuar no acompanhamento a estudantes com deficiência no Município de Redenção – CE. Redenção: SME, 2025. Disponível em: https://www.redencao.ce.gov.br/arquivos/1106/EDITAL_001_2025_0000001.pdf. Acesso: 05 de dezembro de 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TÍTULO DA PESQUISA:

A atuação de estagiários de apoio pedagógico na educação inclusiva: percepções sobre práticas, desafios e articulação entre profissionais nas escolas municipais de Redenção-CE

Pesquisadora: Patrícia Costa

Orientador: Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Curso: Licenciatura em Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa acima mencionada, que tem como objetivo analisar as percepções de estagiários, professores e gestores sobre a atuação dos profissionais de apoio pedagógico na educação inclusiva.

Sua participação consiste em uma entrevista semiestruturada, com duração aproximada de 30 a 45 minutos, que será gravada, mediante sua autorização. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e tratados com confidencialidade. Os nomes reais não serão divulgados; os participantes serão identificados por códigos (ex: E1, P1, G1).

A participação é voluntária, sem qualquer tipo de remuneração, e você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a privacidade das informações. Os áudios e transcrições serão armazenados em ambiente seguro e destruídos após a conclusão da pesquisa.

Caso tenha dúvidas ou deseje mais informações, entre em contato:

E-mail da pesquisadora: patriciacostaunilab@gmail.com

Telefone: (85) 99936250

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos da pesquisa, a forma de participação e meus direitos como participante. Concordo voluntariamente em participar.

Nome completo: _____

Assinatura: _____

Data: _____ de _____ 2025.

APÊNDICE II

ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ROTEIRO A - ESTAGIÁRIOS/BOLSISTAS

BLOCO 1: Perfil e Formação

Há quanto tempo atua como estagiário da educação inclusiva?

Qual sua formação acadêmica atual?

Você participou de formações oferecidas pela SME? Como avalia essas formações?

BLOCO 2: Atribuições e Práticas Cotidianas

4. Descreva um dia típico de trabalho: quais atividades você realiza?

5. Como você compreende seu papel no processo de ensino-aprendizagem do estudante acompanhado?

6. Das atribuições previstas nas diretrizes (alimentação, higiene, locomoção, auxílio pedagógico), quais você considera mais desafiadoras? Por quê?

7. O que você faz quando o estudante acompanhado falta? As atividades propostas estão relacionadas à educação inclusiva?

BLOCO 3: Relações Institucionais

8. Como é sua relação com o(a) professor(a) da turma? Há momentos de planejamento conjunto?

9. Você participa dos planejamentos pedagógicos da escola? Como ocorre essa participação?

10. Como o núcleo gestor orienta e acompanha seu trabalho?

11. Como se dá a comunicação com as famílias dos estudantes? Há mediação da gestão?

BLOCO 4: Condições de Trabalho

12. Você tem acesso a materiais didáticos e jogos para apoiar seu trabalho?

13. Como é garantido seu horário de intervalo/lanche?

14. Você acompanha mais de um estudante? Como isso impacta seu trabalho?

BLOCO 5: Desafios e Potencialidades

15. Quais os principais desafios que você enfrenta na sua atuação?

16. O que você mudaria nas diretrizes atuais?

17. Você se sente preparado(a) para atuar na educação inclusiva? O que ajudaria em sua preparação?

ROTEIRO B - PROFESSORES

BLOCO 1: Experiência com Educação Inclusiva

Há quanto tempo trabalha com estudantes público-alvo da educação especial?

Quantos estudantes acompanhados por estagiários você tem atualmente?

BLOCO 2: Relação Professor-Estagiário

3. Como você percebe o papel do estagiário no processo educativo?

4. Existe planejamento conjunto com o estagiário? Como ocorre?

5. Quem elabora as atividades pedagógicas para o estudante acompanhado? Como é esse processo?
6. O estagiário pode propor ou desenvolver atividades? Você considera isso adequado?

BLOCO 3: Desafios da Inclusão

7. Quais dificuldades você identifica na articulação professor-estagiário-estudante?
8. As diretrizes atuais contemplam adequadamente as necessidades da prática escolar?
9. Você já vivenciou situações em que o estagiário assumiu funções que não lhe cabem? Como lidou?

BLOCO 4: Formação e Apoio

10. Você recebe formação específica para trabalhar com estudantes da educação especial?
11. Como avalia o preparo dos estagiários para a função?
12. O que poderia melhorar na atuação dos estagiários?

ROTEIRO C - GESTORES ESCOLARES

BLOCO 1: Organização Institucional

- Quantos estagiários atuam na escola? Como é feita a distribuição?
 A escola possui um plano de atividades para estagiários em caso de falta do estudante?
 Como foi elaborado?
 Como é organizada a participação dos estagiários nos planejamentos pedagógicos?

BLOCO 2: Acompanhamento e Formação

4. Como o núcleo gestor acompanha o trabalho dos estagiários?
5. Quais estratégias são utilizadas para integrar estagiários, professores e famílias?
6. Como são socializadas as informações dos laudos e especificidades dos estudantes?

BLOCO 3: Implementação das Diretrizes

7. Como você avalia a implementação das diretrizes na sua escola?
8. Quais as principais dificuldades encontradas na gestão dos estagiários?
9. Já foi necessário aplicar advertências? Em que situações?

BLOCO 4: Desafios Estruturais

10. A escola dispõe de materiais didáticos adequados para o trabalho inclusivo?
11. Como é resolvida a questão do tempo integral para estudantes PCDs (considerando que o estagiário atua apenas um turno)?
12. Que sugestões você faria para aprimorar as diretrizes?

APÊNDICE III
ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Transcrição

Transcrição integralmente as entrevistas - Uso de IA(Transcriptor)
Realizar leitura flutuante do material

Método de Análise: Análise de Conteúdo

Etapas:

Pré-análise: organização do material, leitura inicial
Exploração do material: codificação e categorização
Tratamento dos resultados: inferência e interpretação

Categorias analíticas a priori (emergentes das diretrizes):

C1: Compreensão do papel do estagiário
C2: Articulação entre estagiários, professores e gestores
C3: Formação e preparo profissional
C4: Condições de trabalho e infraestrutura
C5: Desafios e tensões na implementação das diretrizes
C6: Proposições para aprimoramento

Triangulação de Dados

Confrontar as percepções dos três grupos para identificar convergências, divergências e lacunas entre o prescrito (diretrizes) e o vivido (prática cotidiana).

APÊNDICE IV

ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Segue um conjunto de orientações que você deverá seguir para a realização das entrevistas. Estude e repasse o conteúdo do roteiro da entrevista. Procedimentos para realizar logo após ligar o gravador:

1. Antes da Entrevista

- Apresente-se com cordialidade, registrando o dia/hora e local da entrevista explicando seu vínculo institucional, o título e o objetivo da pesquisa.
- Apresente a pessoa entrevistada, destacando sua categoria, conforme os profissionais definidos para a pesquisa
- Entregue e leia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ao participante, sanando dúvidas antes da assinatura.
- Esclareça que a entrevista será gravada, e solicite autorização formal para isso, de modo a captar a autorização na gravação.
- Reforce que a participação é voluntária e que o participante pode desistir ou se abster de responder qualquer questão a qualquer momento.

2. Durante a Entrevista

- Faça anotações em um caderno à parte, lembrando-se de registrar local, data e hora da entrevista
- Mantenha postura neutra e respeitosa. Evite julgamentos ou reações que possam constranger o entrevistado.
- Siga o roteiro de entrevista, mas permita flexibilidade caso o entrevistado traga informações relevantes.
- Use escuta ativa: demonstre atenção, interesse e empatia durante as respostas.
- Evite interromper o entrevistado. Permita que ele conclua seus pensamentos.
- Não pressione por respostas. Se o participante demonstrar desconforto, passe para a próxima pergunta e, se for o caso, retorne à pergunta posteriormente;

3. Após a Entrevista

- Agradeça pela participação e pelo tempo dedicado.
- Reforce que os dados serão tratados com confidencialidade.
- Garanta ao participante que ele poderá solicitar acesso aos resultados da pesquisa.

4. Cuidados Adicionais

- Realize as entrevistas em local reservado, que assegure privacidade e conforto.
- Verifique a carga do equipamento a ser utilizado
- Evite influenciar as respostas com opiniões pessoais.
- Em casos de relato de experiências sensíveis ou emocionais, acolha com empatia, sem tentar intervir ou julgar.
- Mantenha backups seguros das gravações e transcrições, com acesso restrito.
- Enviar o áudio da gravação para o email do orientador no mesmo dia